

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 139

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 12 DE NOVEMBRO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Luiz Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Antonio Baratter - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 091ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
12 DE NOVEMBRO DE 2002**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Ademar Traiano e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Antonio Baratter, Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielese, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (53). Achando-se em licença o senhor deputado Marcos Isfer (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2448

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 658/2002, de autoria do Poder Executivo, que reestrutura, em caráter provisório, as carreiras da Polícia Científica, órgão da Secretaria de Estado da Segurança, da Justiça e da Cidadania.

Sala das Sessões, em 12.11.2002.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 2457

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 468/2002, de sua autoria, que instituir a gratificação de incentivo à titulação aos servidores integrantes da carreira do pessoal técnico-administrativo das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná.

Sala das Sessões, em 12.11.2002.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2453

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 129/2001, item 01 da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 12.11.2002.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 2460

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, a imediata suspensão (durante dez minutos) da Sessão Plenária em andamento nesta data, para tratar de assuntos ainda pendente nesta Sessão.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 12.11.2002.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 2452

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à mesa, após ouvido o Plenário, seja concedida autorização para entrega de Título de Cidadania Honorária do Paraná à Irmã Firmina Maria, e dos Títulos de Cidadania Benemérita do Paraná ao Sr. Túlio Vargas e, ao senhor professor Wilson de Matos Silva no próximo dia 04 de dezembro de 2002, no Clube Olímpico Maringá.

As concessões dos referidos títulos estão amparadas pela Lei nº 13.223, de 09/07/2001, oriunda de nosso Projeto de Lei nº 390/99, e pela Lei nº 12.986, de 08/12/2000 oriunda de nosso Projeto de Lei 26/2000, e pela Lei nº 13.460 de 11/01/2002, oriunda do Projeto de Lei nº 489/99.

Sala das Sessões, em 12.11.2002.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 2461

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER que seja realizada a leitura do pedido de impeachment do senhor governador do Estado do Paraná Jaime Lerner, na Sessão Ordinária do dia de hoje 12 de novembro de 2002, com base no artigo 19 da Lei nº 10079 de 10 de abril de 1950.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 12.11.2002.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 2450

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consagração nos Anais desta Casa, de voto de congratulações à Clinica - Clínica Paranaense de Cardiologia, pelos relevantes serviços prestados à comunidade na área de saúde, e que seja encaminhada cópia do presente à instituição, na pessoa da sua diretora, Dra. Eloisa Dias Abboud Hanna.

Sala das Sessões, em 12.11.2002.

(a) FERNANDO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Clinica, com sede na Rua Sete de Abril, 830, nesta Capital, fundada há mais de 20 anos, vem atendendo com especial esmero e dedicação a comunidade paranaense, desenvolvendo um excelente e notável trabalho na área de saúde cardiológica, realizado através de uma equipe formada por profissionais renomados e extremamente qualificados, tendo na sua direção a Dra. Eloisa Dias Abboud Hanna, merecendo dessa forma o nosso reconhecimento e distinção pelos serviços prestados.

REQUERIMENTO Nº 2456

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, votos de congratulações para a Pontifícia Universidade Católica do Paraná pela extraordinária iniciativa de incluir no currículo de todos os cursos daquela instituição de ensino superior o trabalho social. Independente do curso que o aluno matriculou a partir deste ano terá que cumprir 36 horas de serviços prestados à comunidade, sendo um pré-requisito para liberação do diploma. Destaca-se ainda, este projeto comunitário da PUC atrelado à grade curricular ser pioneiro no ensino superior no Brasil.

Requer ainda, que se dê ciência ao reitor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e ao pró-reitor comunitário de extensão, através de correspondência por esta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.11.2002.

(a) RENATO GAÚCHO

REQUERIMENTO Nº 2454

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de expediente ao ilustríssimo senhor Paulo Y. Kawahara, diretor presidente da Comec, solicitando informações sobre a implantação do Programa de Integração do Transporte Coletivo na Região Metropolitana de Curitiba (RMC-PIT), especificando-se a contratação do financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com detalhamento de investimentos previstos, cronogramas de obras, prazos fixados contratualmente e valores específicos e globais estabelecidos em cada uma das linhas de ação do PIT: Ligação Intercidades, Consolidação dos Corredores, Intervenções Complementares e Frota.

Outrossim, justifica-se tal solicitação para que esta Casa Legislativa, que autorizou a contratação de operação de crédito até o valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) junto ao BNDES para o financiamento em tela, possa conhecer o andamento do Programa de Integração do Transporte Coletivo PIT e acompanhar a execução das respectivas operações.

Termos em que, pede e espera deferimento, nos termos regimentais.

Sala das Sessões, em 12.11.2002.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 2455

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de expediente ao ilustríssimo senhor Paulo Y. Kawahara, diretor presidente da Comec, solicitando providências urgentes no sentido de que seja construído um novo terminal de ônibus no Alto Maracanã, para atender aproximadamente 60.000 (sessenta mil) passageiros/dia que passam pelo atual terminal.

Justifica-se tal solicitação para que a população de Colombo seja atendida satisfatoriamente com um terminal de ônibus no Alto Maracanã, providência urgente que deve ser tomada pela Comec, contemplando a referida obra através do PIT - Programa de Integração do Transporte Coletivo da Região Metropolitana de Curitiba, já autorizado por esta Casa Legislativa.

Termos em que, pede e espera deferimento, nos termos regimentais.

Sala das Sessões, em 12.11.2002.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 2451

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao comando da

Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo na rua Rio Amazonas - Bairro Alto, principalmente nos bares e esquinas, tendo em vista a presença de muitos desocupados que estão assaltando residências e pedestres constantemente. O pedido está sendo feito pelos moradores, os quais pedem urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 12.11.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 703/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Comunidade Católica Assistencial Servos de Maria - Cocasma, de Cascavel, com sede e foro no município de Cascavel.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.11.2002.

(a) ANTONIO BARATTER

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei pretende declarar de Utilidade Pública a Comunidade Católica Assistencial Servos de Maria - Cocasma de Cascavel, localizado na Colônia Bom Retiro - CEP 85800-000, no município de Cascavel - PR, inscrito no CGC 02.848.793/0001-29, fundada em 09 de janeiro de 1998, declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei 3304/2001, tem caráter estritamente beneficente.

A Comunidade Católica Assistencial Servos de Maria, entidade civil, sem fins lucrativos, não tendo caráter político-partidário e discriminatório, que tem como finalidade estabelecer e desenvolver relações fraternais, testemunhando a unidade do corpo de Cristo e no poder do Espírito Santo, entre os cristãos, grupos evangélicos de variadas origens e identificados com os objetivos cristãos da CCASM e, sua declaração de fé, servir de plataforma ou de suporte para ações comuns, especialmente nas áreas de evangelização, ação pastoral, reflexão teológica, ministério profético, pregação, intercessão, cura e libertação, música, formação diaconista, sempre respeitando a diversidade denominacional e a autonomia de seus membros.

Ante ao exposto, solicito voto favorável dos nobres pares, para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 704/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Regional das Associações de Pais e Mestres

do Núcleo de Toledo - Arant, com sede e foro na cidade de Toledo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.11.2002.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Regional das APM's do Núcleo de Toledo - Arant, foi fundada em 09 de maio do ano de dois mil e um, sendo uma entidade civil, sem fins lucrativos, políticos ou religiosos, com a finalidade de aproximar as diretorias das APM's para o seu próprio aperfeiçoamento, promoção, defesa, reconhecimento de suas atividades de classe no sentido de articular programas e ações que resultem em maior qualidade na educação dos estabelecimentos de ensino médio e fundamental.

A documentação que anexamos ao presente plano de lei comprova o atendimento às exigências da lei que regulamenta a matéria, razão pela qual solicitamos aos nobres pares o seu apoio e conseqüente aprovação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao deputado Neivo Beraldin, no Pequeno Expediente.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, senhores deputados.

O tema que abordaremos refere-se ao não pagamento de precatórios por parte do governo atual. O tema precatório já foi trazido por nós em forma de denúncia por diversas vezes no plenário desta Casa, e hoje reveste-se de um fundamento ainda mais especial, que revela o feito de extrema gravidade deste verdadeiro descaso e até a irresponsabilidade que esse governo praticou de forma sistemática ao não pagar precatórios alimentícios.

O que trouxemos como valores de precatórios não pagos, restos a pagar e novamente não pagos, anos após anos, hoje estão aqui representados pelas pessoas para as quais o governo deve e não paga. Infelizmente, muitos desses credores não estão mais entre nós, não podendo, portanto, unificar, usufruir de seus direitos, o que, além de lamentável, é extremamente desumano.

É nossa obrigação como representantes dos paranaenses, somar forças para que não só essas distorções sejam reparadas, como também outras irregularidades da gestão desse governo, que resultaram em prejuízos irreparáveis para o Paraná, como por exemplo, injetou no saneamento do Banestado o valor de 5,6 bilhões de reais e transferiu à iniciativa privada, ao Banco Itaú por apenas 1,6 bilhões.

Elevou a dívida de 1,3 bilhões em 31 de dezembro de 94 para 13 bilhões em 2001, ou seja, multiplicou a dívida em mais de 10 vezes. Promoveu a venda de títulos imobiliários para pagar precatórios, endividando o Estado em 519 milhões, não pagando os seus credores.

Apresentou, em dezembro de 2001, uma insuficiência de caixa, na ordem de 3,8 bilhões de reais.

Apresentou à Secretaria do Tesouro Nacional um resultado primário de 667 milhões, quando o demonstrado pelo Tribunal de Contas foi de 417 milhões, 535 milhões. Após o ajuste referente ao estorno indevido de empenhos processados e não processados em 31 de dezembro de 2000 no valor de 180,4 milhões, o superávit efetivo reduz para 237,1 milhões, informando, portanto, um superávit irreal em 64%.

A posição dos precatórios apresentados pelo governo em 2001 demonstrava que...

(Término do horário)

(O orador que usa a tribuna passa a usar o Horário da Liderança do PDT)

...há precatórios que tiveram origem no período de 65 a 2000, orçados para o pagamento de 96 a 2001, totalizando 2,9 bilhões e foram pagos no período apenas 37 milhões, representando apenas 1,27% e precatórios, segundo conceito de governo, conforme o seu glossário de termos técnicos usados na contabilidade pública, conforme página 9, precatórios despesas decorrentes de sentenças judiciais, de pagamentos obrigatórios, desde que regulamente no prazo até 1º de julho, deveria então estar sendo pago no orçamento seguinte. Isto, infelizmente não ocorreu, senhores deputados.

Através do contrato de confissão, assunção e consolidação e refinanciamento da dívida, refinanciou a dívida em 360 parcelas mensais, transferindo à União a obrigação pelo resgate de títulos imobiliários emitidos pelo Estado para pagamento de precatórios que não foram efetuados. Como consequência ao refinanciamento da dívida mobiliária, o governo do Paraná foi induzido pela União em assumir compromisso de ajuste fiscal, impondo metas que condicionam o Estado à verdadeira intervenção por parte da União. Metas de alienação de ativos, de montante mínimo de 960 milhões, ou seja, fornecer privatizações, tais como, vendas de ações da Copel, da Sanepar, do Banestado, enfim, o Estado se obrigou a se desfazer do seu patrimônio por obrigação, imposto pelo governo federal e com a concordância no documento escrito pelo governo estadual: gerar um superávit primário de 478 milhões de reais. Limitar despesas com o pessoal em 58,76% da receita corrente líquida, quando a Lei de Responsabilidade Fiscal determina 60%.

Temos que cumprir, pois é uma imposição do governo federal e o governo tem que cumprir porque ele aceitou o ajuste. Alcançando o crescimento real da receita tributária a taxa anual de 5,50, ou seja, aumentar ainda mais a carga tributária, cobrando mais impostos, gerando menos empregos, se adequando à ordem superior do governo federal, estado típico de intervenção e de centenas de improbidades administrativas. O governo pagou em 2000, entre juros e encargos, amortização de

dívida, 2,7 bilhões, ou seja, 42% da receita corrente do Estado, quando a média dos últimos quatro exercícios foi de 8,5 e a Lei de Responsabilidade Fiscal limita em 13% - vejam a que foi destinado. Antecipou 1,6 bilhões de receita dos royalties de Itaipu, que iriam se realizar nos próximos 20 anos; reduziu a participação do Estado, no capital social das empresas públicas e sociedade de economia mista, de 5,7 bilhões, em 1999, para 2 bilhões, no ano de 2000. Lá se foi grande parte do nosso patrimônio. Dilapidaram o nosso patrimônio.

Senhor presidente, eu poderia me alongar neste pronunciamento, mas compreendo que os deputados já conhecem bem a nossa posição em relação à malversação do dinheiro público, em relação ao desgoverno que assolou o Paraná. Devo confessar-lhes que tenho visto uma discussão sobre a Sanepar. O governo contraiu dinheiro em dólar do Japão, para o Paranasan. Em 2001 repassou recursos à Sanepar sem nenhum convênio formal, na ordem de 180 milhões de reais e o grupo minoritário, que recebeu o mando, porque mudou o estatuto, o governo tem 52% da Sanepar e a empresa é administrada por 59 atribuições.

O governo, como majoritário, tem 24 atribuições e a empresa, o grupo minoritário Dominó Golding tem 35, porque eles controlam as principais diretorias e quando recebem esse dinheiro do governo, sem documento formal, recebem como lucratividade, já no mês de junho, para o Grupo Dominó Holding; o ano encurtou. Não foi preciso esperar o final do ano para saber a lucratividade da Sanepar. Vamos antecipar o lucro, porque com certeza teremos lucro, pois o governo remeteu dinheiro no nosso caixa e nós vamos administrar a Sanepar superfaturando obras.

Senhor presidente, acredito que o Conselho que administra a Sanepar, deverá ser chamado diante da Justiça para dizer porque deliberou e concordou em mudar um estatuto, para passar a um grupo minoritário o comando de uma empresa vital.

Senhor presidente, senhores deputados, meu objetivo em subir à tribuna, hoje, fui exatamente pego até de surpresa, mas me falaram que muitos que querem e que têm o direito de receber os seus precatórios alimentícios, estariam aqui. Eu, então, de pronto, busquei alguma coisa, é verdade com conteúdo, com documentos oficiais que me amparam para esse pronunciamento, respaldado por uma assessoria técnica que possuo para dar em nome desses que tiveram o direito através da Justiça e dos seus precatórios, que o governo não cumpriu e que deverá ter intervenção federal inúmeras vezes, porque tem que ser justo, e para ser justo têm que partir do governo, o governante tem que ser o exemplo, o governo não pode representar precatórios como fez!

Por isso subi à tribuna para esse desabafo, dando a eles um alento, uma expectativa, no sentido de que possam receber os seus precatórios alimentícios.

Concedo aparte ao nobre líder do PMDB Nereu Moura.

O Sr. Nereu Moura

Deputado Neivo Beraldin, quero cumprimentá-lo pelos dados, pelos números, pela análise que fez da gestão fiscal do atual governo. Temerária, absolutamente temerária. Nós teremos a clareza de todos esses dados, de todos estes números a partir do ano que vem, quando o novo Governo tomar posse, aí sim, ter dados claros e completos que possam mostrar a situação do Estado do Paraná, que no nosso entendimento é muito difícil, diante da administração perdulária do governo Jaime Lerner.

V. Exa. também traz a questão da Sanepar e poderia trazer a questão dos contratos dos pedágios das multinacionais e de outros tantos que estão sob suspeita e que teimosamente buscam executá-los nesse apagar de luzes do atual governo, ao que, além de ser uma imoralidade, é um deboche ao povo do nosso Estado.

V. Exa. traz também esta questão dos precatórios do IPE. Nós recebemos uma petição subscrita por duas pessoas através do advogado, doutor Carlos Alberto Pereira, que está pedindo o impeachment do governador Jaime Lerner, inclusive protocolado na Assembléia Legislativa justamente pela adulteração dos precatórios, quando apaniguados do governo receberam os precatórios furando a fila, deixando aqueles que tinham o legítimo direito de receber, chupando o dedo, e aqueles que são apaniguados do governo receberam o precatório e nós temos aqui a relação de um eminente advogado. Doutor Carlos Alberto Pereira que relaciona no seu pedido de impeachment, aliás, deputado Neivo, o presidente da Assembléia Legislativa, quero pedir aqui que faça a leitura do impeachment para que ele possa tramitar nesta Casa, a fim de que a Assembléia Legislativa possa analisar e observando as atitudes ilegais do governador, possa concluir pela abertura da cassação do seu mandato e pelas penalidades que ele deve responder.

Então, quero pedir ao presidente deputado Elio Rusch, que a presidência da Assembléia determinasse a leitura do impeachment que foi protocolado na Assembléia dia 11, portanto no dia de ontem, com relação aos problemas dos precatórios, quando o governo do Estado infringiu a legislação, mandou pagar precatórios, furou a fila, desrespeitou a Constituição. E isto fica muito claro, que a autoridade pública que cometer essa infração corre o risco de perder o mandato.

Então, deputado Neivo, V. Exa. tem a nossa solidariedade e de todos os funcionários públicos que foram desrespeitados. E a Assembléia Legislativa tem que cumprir a sua obrigação de fiscalizar, de apurar, para, havendo irregularidade, punir com rigor aqueles culpados.

O SR. NEIVO BERALDIN

Quero também cumprimentar o eminente advogado Carlos Alberto Pereira, pela iniciativa. E gostaria muito, em rápidas pinceladas, de dizer o que seria, Doutor Carlos Alberto Pereira, como advogado, se tivesse conhecimento documental do que foi feito com o

dinheiro do Fundef? O que seria de um cidadão com conhecimento que tivesse acesso a essa documentação? O desvio, o descaso, o desprezo com a função pública!

Senhores deputados, está na Ordem do Dia hoje um dos itens: criar mais cargos para o Tribunal de Contas, fisioterapeuta. Não sei. Vários cargos.

Tenho uma receita clara: aposentar os conselheiros do Tribunal de Contas a bem do serviço público e aproximar os técnicos do Tribunal de Contas que têm obrigação constitucional para decidir, para fiscalizar, de aprovar, para rejeitar as contas, que é esse Poder.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Não havendo mais oradores inscrito no Pequeno Expediente e com base no requerimento aprovado no último dia 05, o deputado Ângelo Vanhoni solicita, e o Plenário aprovou por unanimidade dos senhores parlamentares, a presença na Sessão de hoje, e destinando o horário do Grande Expediente para que pudéssemos ouvir aqui, os nossos representantes das Universidades Estaduais e também da Universidade Federal.

Com isso, a Assembléia Legislativa se soma aos problemas que existem no ensino superior no Estado do Paraná. E o deputado Hermas Brandão, presidente desta Casa, sempre tem sido solidário com todos os problemas que envolvem o nosso Estado. E tem aberto as portas e abriu um espaço especial nas suas Sessões, para que as pessoas pudessem fazer as suas manifestações.

Pela ordem, deputado Algaci Tulio e depois o deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ALGACI TULIO

V. Exa. também libera o Plenário para um outro assunto de muita importância.

Queria indagar à Mesa, mais uma vez. Estamos no Plenário com um número muito grande de senhoras pensionistas, credoras de precatórios, viúvas, senhoras de idade que certamente não vão ficar aqui na Assembléia a tarde toda para esperar uma definição de V. Exa.

Se foi dado entrada ontem no protocolo da Casa, pedido de impeachment do Governador, me parece que caberia à Mesa fazer a leitura através do seu 1º secretário, nesta tarde, deste protocolo, presidente.

Encareço a V. Exa. ser será feita a leitura, porque quero, neste momento, também aqui externar a minha solidariedade a essas pessoas que aqui estão, essas senhoras e senhores, o advogado Carlos Alberto Pereira, aos subscritores do pedido de impeachment, porque na verdade, é bom destacar também que 170 pessoas já morreram e não viram a cor dos precatórios! Quantos vamos esperar morrer para depois solucionar o problema do pagamento dos precatórios?

Por isso, a minha solidariedade e é o apelo que faço a V. Exa. antes de abrir o espaço para que entremos em outro assunto, se defina a Mesa, se fará a leitura do pedido de impeachment ou não fará, ou fará na Sessão de

amanhã, qual o procedimento que V. Exa. adota neste momento?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Eu informo ao deputado Algaci Tulio, bem como aos deputados deste Parlamento que estamos presidindo a Sessão desta Casa e fomos informados agora que foi protocolado.

Cabe ao presidente da Casa, deputado Hermas Brandão, deliberar sobre encaminhamento deste pedido, a inclusão numa Sessão, para ser lido ou não. Na mesa não existe nada e eu estou na presidência desta Sessão; não estou na presidência da Casa.

O SR. ALGACI TULIO

V. Exa. deve apelar à assessoria da Mesa para que busque este protocolo e documentação, e faça-se a leitura nesta Sessão, porque é claro o Regimento da Casa.

Há um protocolo feito no dia anterior e ele tem que ser lido na Sessão seguinte.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Cabe ao presidente da Casa a inclusão ou não. Não entendo dessa forma e é decisão da presidência desta Sessão.

O SR. ALGACI TULIO

É uma pena, porque vamos frustrar um grupo de pessoas que vieram a esta Casa esperando.

Pergunto então a V. Exa.; em qual Sessão será feita a leitura, para que possamos voltar a tocar no mesmo assunto?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não cabe ao deputado Elio Rusch, vice-presidente. Cabe ao presidente da Casa, Hermas Brandão.

O SR. ALGACI TULIO

Faço um apelo. Proponho a suspensão da Sessão por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não tem como, deputado Algaci.

O SR. ALGACI TULIO

Por quê não? Por quê não tem?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não existe.

Deputado Ângelo Vanhoni.

A presidência da Sessão já definiu.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, volto a apelar a V. Exa., por uma questão de humanidade! Estamos recebendo aqui senhoras de cabelos brancos, pessoas idosas que querem uma resposta, porque esta é uma Casa democrática.

Ninguém está fazendo palanque político, porque a eleição já determinou e eu já fui derrotado, mas eu tenho um dever, um dever de humanidade, senhor presidente! Um dever de humanidade!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

A Presidência desta Sessão já deliberou: o documento não está na mesa, não somos presidente desta Casa. Apenas estamos presidindo uma Sessão e já deliberamos sobre isso. Tem que ser conversado com o presidente da Casa, com quem está o documento. Não está comigo.

A palavra está com o deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, eu apelo ainda...

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Nós já definimos sobre isso! A presidência da Sessão já definiu sobre isso!

O SR. ALGACI TULIO

V. Exa. está no exercício da presidência e pode deliberar, sim!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Mas eu já deliberei e não vou incluir porque o documento não está comigo.

O SR. ALGACI TULIO

V. Exa. pode pedir à sua assessoria, a busca do documento.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não vou buscar!

O SR. ALGACI TULIO

Que pena! Que falta de educação! Que falta de responsabilidade de V. Exa! Que falta de educação de V. Exa!

O SR. CAÍTO QUINTANA

Pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

O deputado Ângelo Vanhoni já pediu bem antes, pela ordem. Há tempo, e eu tenho que dar a palavra, pela ordem, ao deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Tudo bem, depois eu estou inscrito! Só falta V. Exa. deliberar também que não vai dar a palavra pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Pela ordem, concedo a palavra ao deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, é com satisfação que registramos a presença de convidados hoje no plenário da nossa Casa, da Assembléia Legislativa do Paraná, aposentados que têm uma demanda jurídica contra o Estado. Não é contra a pessoa de secretário ou de governo do Estado, mas é contra o Estado, e também estamos com a presença de reitores das universidades estaduais do nosso Estado e com a presença do vice-reitor da Universidade Federal do Estado do Paraná.

Hoje deveremos discutir aqui; pelo menos deveremos ter um breve relato de uma situação de dificuldades por que passa o ensino superior público no Estado do Paraná. Para nós, deputados que, nos últimos anos ajudamos a construir uma perspectiva mais unificada do sistema de ensino superior, construindo a Unespar; para nós é muito importante tomar conhecimento dos problemas que existem no ensino superior, porque estamos discutindo nesse período a peça orçamentária que vai gerir as finanças do Estado no ano que vem.

Mais responsabilidade nossa ainda, é porque há uma mudança de governo e há uma mudança sensível de prioridade entre o governo que sai e o governo que entra.

Nesse sentido, quero manifestar a minha opinião também a respeito do pedido dos aposentados.

Sugiro que V. Exa. submeta se faz a leitura ou se não faz a leitura, que os deputados decidam, já que V. Exa., como vice da Casa, argüi que seria necessário a presença do deputado Hermas Brandão. Na ausência dele, V. Exa. seria respaldado e legitimado pela opinião e pela decisão dos deputados estaduais no plenário da Assembléia Legislativa.

Era essa a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Senhor deputado Ângelo Vanhoni, sobre esse assunto, a presidência da Sessão já definiu. Só quero informar que o deputado Hermas Brandão não está de licença de sua função. Ele é o presidente da Casa. O documento deve estar de posse da presidência e eu entendo desta forma, como os senhores também devem entender dessa forma e não cabe ao substituto do presidente que está apenas presidindo a Sessão, a inclusão do documento que não está na Mesa.

O documento está de posse do presidente da Casa, e sobre este assunto, a presidência desta Sessão já deliberou.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)

V. Exa. preside baseado no Regimento Interno e V. Exa. sabe que o Regimento Interno prega: quando a Mesa Executiva, a presidência quer deliberar sobre uma dúvida, recorre a quem? Ao Plenário, que é sempre soberano! O Plenário é soberano, o Plenário é que deve dizer se deve ou se não deve ser lido! Não são apenas 53 deputados assistindo V. Exa. dizer que já deliberou em não acatar e não colocar a leitura conforme o solicitado pelos

deputados aqui, o qual faço coro. Por isso, na dúvida, vamos ao Plenário, que decidirá.

É esse o apelo que faço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

A presidência não vai colocar em votação esse pedido.

Concedo a palavra ao deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, o senhor tem uma assessoria de milênios aí na Mesa e essa sua assessoria sabe que regimentalmente o senhor não é dono da Sessão. O senhor pode negar e eu não sou tão complacente como o Neivo está sendo. Um recurso do Plenário, V. Exa. é obrigado a cumprir. Isso o Regimento diz. Não vai se inventar nada aqui agora. O senhor tem que submeter a sua decisão ao Plenário. O senhor é obrigado, pelo Regimento, a fazer isso, senão V. Exa. está usando uma autoridade que não tem. Cabe a qualquer parlamentar, ao discordar da presidência, requerer que seja submetido ao Plenário a decisão da presidência e nós estamos requerendo isso. V. Exa. coloca ao Plenário. Se V. Exa. estiver certo, seguramente vai ganhar, até porque é ampla a bancada de governo aqui.

Agora, se V. Exa. estiver errado ou o Plenário deliberar o contrário, não lhe resta outra coisa, como democrata que é, senão cumprir a decisão do Plenário desta Casa!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

A presidência entende que regimentalmente todas as questões de Ordem, levantadas, quando claramente levantadas, são deferidas pela presidência da Sessão.

Eu entendo que nesta Sessão já nos manifestamos e nós não vamos colocar.

O SR. CAÍTO QUINTANA

O Plenário está acima de V. Exa! Isso está no Regimento! Eu estou sem o Regimento aqui, mas o seu assessor, Dr. Celso, sabe exatamente onde está o dispositivo que diz que “decisão da Mesa, recorre-se ao Plenário”.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Entendo que no artigo 104, parágrafo 1º, todas as questões de ordem claramente formuladas serão resolvidas definitivamente pela presidência da Assembléia, e nós definimos sobre esse assunto.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Senhor presidente, deixando de usar o autoritarismo e sendo um pouco mais humano, quero apenas fazer uma questão: estou encaminhando à Mesa um requerimento pedindo que V. Exa. submeta ao Plenário a suspensão da Sessão, por 10 minutos, para que possamos respeitar e esta Casa não pode levar, lá para fora, o vexame que não atendeu idosos, viúvas que aqui vieram!

Senhor presidente, aqui estão, no plenário da Casa, futuros deputados que estarão aqui a partir do ano que vem - eu não estarei, presidente, mas estes futuros deputados não podem ver uma Casa Legislativa, a casa do povo, negando o direito de o povo ser ouvido, senhor presidente!

Há um regimento, e este deveria ser respeitado. V. Exa., ao assumir a presidência, deveria ser informado pelo protocolo da Casa, que foi dado entrada ontem, neste protocolo, o pedido de impeachment do governador. V. Exa. tinha que fazer a leitura na Sessão de hoje; é o que reza o regimento! Não importa se o senhor é presidente titular ou suplente, V. Exa. está no exercício da presidência e precisa fazer valer isso, mas com democracia, com respeito, com humanidade! V. Exa., infelizmente, tomou uma decisão autoritária, não submeteu ao Plenário dos 54 deputados!

Por isso, estou entregando à Mesa, agora, um requerimento, pedindo a suspensão, por 10 minutos, e peço a V. Exa. que receba e delibere!

Receba e delibere o requerimento pedindo a suspensão, por 10 minutos!

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, só a título de colaborar, veja só, consta que, segundo as palavras do próprio deputado Algaci Tulio o pedido de impeachment foi protocolado na Assembléia Legislativa no dia de ontem, ou antes de ontem, a data pouco importa, se foi protocolado cabe ao presidente da Casa fazer ler, no Expediente, esta matéria, no início da Sessão. Se o deputado Hermas Brandão, que é o presidente da Casa, não mandou ler no Expediente, nem desta Sessão nem de Sessões anteriores, é inoportuno agora a leitura desse pedido de impeachment.

Mas a propósito, até para que os deputados tenham conhecimento e não se valham apenas das letras de um advogado, por sinal ilustre que é, trago algumas informações para que todos tomem consciência do que estamos neste momento tratando e falando, não transformando simplesmente este episódio num fato ou num episódio político. Se trata de uma questão judicial ou uma pendência judicial, discutida há tempos no Poder Judiciário, onde existe inclusive uma representação na Ordem dos Advogados do Brasil por litigante de má-fé, pretendendo esse ilustre advogado, segundo despacho já exarado pelo presidente do Tribunal de Justiça, mandando rever valores.

Vou ler algumas informações que, certamente, poderão balizar essa discussão: "Dado que houve expressa determinação da presidência do Tribunal de Justiça, determinando a baixa dos precatórios para realização das diligências requeridas pelo Estado, e tendo em vista o pagamento dos precatórios alimentares do IPE, no orçamento de 1998, tem-se que, nos casos que a investigação da sobreposição de pagamentos requisitados ainda está em curso, vou repetir: sobreposição de pagamentos requisitados, ainda está em curso, não ocorra o levanta-

mento dos valores, via alvará judicial, pelos credores, até o encerramento da discussão. Embasaram as argumentações expressas pela Procuradoria Geral do Estado do Paraná, por sua especializada, a possibilidade de correção dos valores requisitados em precatórios pela própria presidência do Tribunal, com base na existência de erro material, litispendência e coisas julgadas.

Essas, ainda que não argüidas no momento pelo IPE, passíveis de serem aduzidas a qualquer momento, já que se trata de matéria de ordem pública que pode ser conhecida pelo juiz de Ofício a qualquer tempo, mormente quando se trata de coibir pagamento indevido em detrimento do erário e propiciando o enriquecimento sem causa do suposto credor."

Com toda certeza, nenhum de nós, parlamentares, independente de ser Situação ou Oposição, porque amanhã poderemos estar nós na Oposição e os que estão na Oposição defendendo o erário público, como sempre defenderam nessa Casa, não se trata de trazer nenhum prejuízo para as senhoras e senhores de cabelos brancos que aqui estão, mas se trata de uma discussão jurídica onde o advogado levou ou ganhou uma representação na Ordem dos Advogados do Brasil por sobreposição de valores indevidos, e é isso que o Estado está questionando.

Por isso que não podemos aqui nesse momento, transformar uma questão jurídica, amplamente discutida nos tribunais num fato político para promover este ou aquele advogado que patrocina a ação que corre na Justiça e que inclusive o Poder Judiciário, senhor presidente, já mandou a sobreposição ajuntada desse processo e a revisão dos valores, porque inclusive alguns estavam em duplicidade.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Só quero informar ao Plenário da Casa, em contato agora com o presidente da Casa, deputado Hermas Brandão, ele nos informa que recebeu o documento e encaminhou para a Procuradoria da Assembléia.

Então, está de posse da Procuradoria para ver qual encaminhamento vai ser dado. O documento não está parado. Acho que não podemos atropelar de forma nenhuma, um processo que tem sido encaminhado na Assembléia. São palavras agora do presidente da Casa, deputado Hermas Brandão, que o documento foi encaminhado.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, Lei nº 1079, de 10 de abril de 1950, que disciplina a questão do impeachment.

"A denúncia. É permitido a todo cidadão denunciar o governador perante a Assembléia Legislativa, por crime de responsabilidade.

Art. nº 76 - A denúncia assinada pelo denunciante, com firma reconhecida, deve ser acompanhada dos documentos que a comprovem ou da declaração da impossibi-

lidade de apresentá-los com a indicação do local que possam ser encontrados. Nos crimes em que houver provas testemunhais, conterà o rol das testemunhas em número cinco pelos nomes. Não será recebida denúncia depois que o governador, por qualquer motivo, houver deixado definitivamente o cargo.

Art. 77 - Apresentada a denúncia e julgado o objeto de deliberação se a Assembléia Legislativa por maioria absoluta acolher, abrirá a procedência da acusação. Será o governador imediatamente suspenso de suas funções. “

De forma que não tem nada que mandar para a Procuradoria da Assembléia; tem que encaminhar para o Plenário da Assembléia, para que acolha ou não. Não estamos fazendo, e quero discordar do deputado Durval Amaral das afirmações que ele fez, porque nós conhecemos essa pendenga que existe em relação aos precatórios do IPE já há muitos anos. Não é desse mandato do governador Jaime Lerner, é do primeiro mandato que surgiram as primeiras irregularidades, quando as pessoas foram furando a fila para receber os seus direitos judiciais.

Então, senhor presidente, gostaria de apelar a V. Exa. que acate o requerimento do deputado Algaci Tulio, para que a Sessão seja suspensa e nós possamos entrar em contato com o deputado Hermas Brandão, para que ele coloque em apreciação do Plenário o pedido de impeachment, do eminente advogado. A Assembléia pode rejeitar o impeachment ou pode aprovar. Se rejeitar, tudo bem! Está na verdade encerrado o assunto. Se acolher, aí vai mandar evidentemente para a Procuradoria e pelos caminhos processuais que deverá transitar aqui dentro deste Poder.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Deputado Nereu Moura, nós entendemos a leitura que V. Exa. acaba de fazer pela lei, é lógico, o documento foi entregue, a presidência da Casa recebeu o documento e encaminhou para confirmar se realmente o documento está completo ou não está, e para que, posteriormente, seja encaminhado para o Plenário ou não.

A presidência da Assembléia já está tomando essas providências, e não cabe ao substituto do presidente numa Sessão a inclusão ou não desse documento.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

“Da acusação. Constituição Federal, artigo 19: Recebida a denúncia, será lida no expediente da Sessão seguinte e despachada a uma comissão especial eleita, da qual participe, observada a respectiva representação, proporção dos representantes de todos os partidos para opinar sobre a mesma”.

Portanto, senhor presidente, a Casa recebeu no dia de ontem, e conforme determina a Constituição Federal, ela deve ser lida no Plenário na primeira Sessão, ou seja, nesta Sessão.

Portanto, é pertinente a indagação do deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Senhor presidente, ainda volto a indagar V. Exa., o fato de se fazer a leitura no plenário aqui hoje, não significa que hoje se decide pela cassação ou não do governador, mas inicia-se o processo, aí sim, após isso, se encaminha para o Departamento Legislativo, vai para a Procuradoria da Assembléia para ver se está tudo em ordem para daí então dar seqüência ao processo.

Eu lhe faço ainda um apelo. V. Exa. abriu a questão de ordem ao líder do Governo, ele trouxe à Casa algumas informações. Aqui é o espaço do contraditório. Peço a V. Exa. que respeite a presença aqui do advogado Carlos Alberto Pereira, que é quem está patrocinando este processo todo, e permita a ele ocupar a tribuna agora e aceitar o contraditório que disse o deputado Durval Amaral, e peço a V. Exa. ainda que coloque ao crivo do Plenário, o meu requerimento, pedindo a suspensão por dez minutos, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Senhor presidente, eu apenas quero reportar uma questão. V. Exa. traz uma informação da presidência da Casa, que a emenda fica pior que o soneto: após protocolado a Casa não tem que mandar para procuradoria, para lugar nenhum! Veja, senhor presidente, não está se pedindo que vote no plenário, é apenas o que conta da lei de que, recebido, seja lido no plenário. A partir daí, não é nem para a Procuradoria, vai se formar até uma comissão com a proporcionalidade da Casa para avaliar.

As declarações que o deputado Durval Amaral traz, o momento de apresentá-las é nesta comissão para mostrar que o governador não cumpriu por razões defensáveis, e portanto, vai ser arquivado o pedido de impeachment. O que não pode é V. Exa. negar é o que determina a lei; é apenas a leitura do pedido, é o instante de tornar público que na Casa está havendo um pedido de impeachment, os atos posteriores, esses serão tomados depois. Agora, nada tem a ver mandar antes para a Procuradoria para depois receber e ler! Aí a coisa se complicou mais ainda!

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, respeitando inclusive a dificuldade que a presidência tem neste momento em trazer o documento, mas, mais do que qualquer outra situação que impõe, é a lei, e a lei é clara, a Lei Federal nº 10079 que disciplina essa questão ela é claríssima, ela dá o rito, e o rito nós não podemos, não é a presidência, não é ninguém, não é o presidente, não é V. Exa que neste momento ocupa a presidência, que pode transgredir!

A lei é clara, e quando ela cita o rito, ela diz que: “Proporção dos partidos para opinar sobre a mesma, recebida a denúncia, o protocolo geral da Assembléia Legislativa será lida em expediente, Sessão seguinte, no ato eleita a comissão especial, representantes proporcional dos Partidos.” Não determinada nenhum ato de Procura-

doria, não determina nenhum ato de seleção, nenhum ato discricionário de nenhuma Presidência.

O ato que temos que fazer é ler, e depois poderíamos pensar na Constituição.

Entendo que a proposta do deputado Algaci Tulio de suspender, é para que possa ser lido. Não pede mais. É o cumprimento. Desta forma, estaríamos contemplando aqueles que há muitos anos esperam pela Justiça do Estado no recebimento dos seus haveres, e muitos já não estão aqui. E, com certeza, se formos delongando, outros também não estarão para receber este benefício.

Solicito a V. Exa. que reconsidere a decisão tomada anteriormente e possa apresentar a leitura. E depois tem o rito próprio. Assim como tem o rito inicial de encaminhamento para o expediente, ele terá o rito próprio para análise posterior. Até para que possamos sair do impasse e V. Exa. não termina a Sessão sob a acusação de que esta sendo autoritário na presidência.

Muito obrigado.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Senhor presidente.

Artigo 20 do Regimento Interno, vou tornar mais claro, com base no Regimento Interno, porque é a atribuição do presidente organizar a leitura do expediente, que aliás já ocorreu nessa Sessão.

O Artigo 20 do Regimento Interno é muito claro:

“São atribuições do presidente, além de outras conferidas neste regimento, fazer ler, quando necessário, o expediente pelo 1º secretário, inclusive as mensagens e correspondências do Executivo e Judiciário.”

No artigo 23 que fala das atribuições do 1º secretário. No inciso 2º diz: “proceder a leitura da matéria que constar do expediente”. Isso não consta do expediente. O presidente Hermas Brandão não incluiu no expediente desta Sessão. Não sei quando que vai incluir no expediente de outras Sessões, até porque o presidente já informou que remeteu esse pedido à Procuradoria Geral da Casa para que ela se manifestasse.

Parece que o assunto está resolvido, não há o que ser submetido a voto, não há o que ser discutido. Temos que aguardar o desenvolvimento e o desenrolar desse pedido protocolado e que o presidente Hermas Brandão remeteu à Procuradoria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

A presidência encarece aos visitantes que o Poder Legislativo faculta a qualquer parlamentar a sua manifestação. E o Regimento interno dá a liberdade para qualquer cidadão assistir a sessão, desde que permaneça em silêncio. Sem manifestações, por gentileza.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

É muito triste ver V. Exa. que serve de filho para muitas pessoas aqui, chamando a atenção de pessoas idosas. Estão aqui porque estão em sofrimento.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Deputado Algaci Tulio, não permito que V. Exa. queira ditar as normas como se preside uma sessão. A presidência está cumprindo rigorosamente o Regimento Interno!

Pela ordem, deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente.

As colocações do deputado Durval Amaral, com relação ao Regimento Interno estão corretas. Até porque o deputado Durval Amaral é advogado. Mas a Lei nº 10079 dá rito e não está sob o Regimento. Temos que observar o rito. O artigo 20 da Lei nº 10079, diz o seguinte:

“A comissão a que alude o artigo anterior se reunirá dentro de 48 horas e depois de eleger seu presidente relator, emitirá parecer dentro do prazo de dez dias sobre as denúncias se devem ou não ser julgadas objeto de deliberação.

Dentro desse período, poderá a Comissão proceder a diligência que julgar necessária ao esclarecimento da denúncia: Comissão de Ética. Dentro de 48 horas elegerá presidente e relator, aliás, comissão eleita. Prazo de dez dias.

Então, aqui, deputado Durval Amaral, o regimento não fala, não age, porque existe uma lei maior que determina rito. Quando a lei determina rito, o regimento perece. E aqui há perecidade do nosso Regimento Interno e o artigo 19 da Lei nº 10079 de 1950 impõe a esta presidência a leitura neste ato.

Vejamos diferente: se nós não tivéssemos aqui na próxima Sessão, o presidente, deputado Hermas Brandão, presidindo, e nas seguintes, quando é que seria eleito e quando essa lei seria respeitada?

Essa é a pergunta que faço a V. Exa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Faço um pedido e consulto o deputado Algaci Tulio.

Ele encaminhou um requerimento pedindo a suspensão da Sessão.

Consulto, deputado Algaci Tulio, se nós poderíamos analisar essa questão do requerimento logo após ouvirmos os representantes das universidades estaduais e também da federal, com base naquilo que já foi aprovado no requerimento de autoria do deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ALGACI TULIO

V. Exa. agora me coloca no “pacal de bico”!

V. Exa. até agora decidiu tudo sozinho, não recorreu ao Plenário. Agora, pede a mim para tomar uma decisão?! V. Exa. não está sendo correto também, porque as pessoas não vão ficar a tarde inteira aqui!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Então a presidência vai colocar em votação o requerimento logo após ouvirmos as autoridades, os reitores das nossas Universidades.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

Me permita, V. Exa. discordar, exatamente porque as pessoas que aqui estão devem estar preocupadas em saber se será lido ou não no Expediente de hoje. Evidentemente, se teremos o Grande Expediente para tratar de um outro assunto, eles terão que ficar aqui no mínimo mais uma hora ou duas, quem sabe quanto tempo.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

O Grande Expediente é meia hora. É o que foi destinado para os nossos reitores que vierem do interior.

O SR. NEIVO BERALDIN

Se pode decidir agora, por quê não, senhor presidente? Para que deixar para depois?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputado Neivo, para que nós não venhamos incorrer até em prejuízo às universidades, acho que meia hora a mais ou a menos nós analisaremos esse requerimento, não leva a nada. Vamos primeiro cumprir aquilo que já estava previsto.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

V. Exa. pediu para eu decidir e eu decido então: peço a V. Exa. que coloque em votação agora o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Esta presidência vai pôr em votação o Requerimento nº 2460, de autoria do deputado Algaci Tulio, constante do expediente, solicitando a imediata suspensão por dez minutos da referida Sessão.

Os deputados que forem favoráveis ao Requerimento permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Chamada nominal, senhor presidente.

O SR. NEIVO BERALDIN

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Vai se proceder à verificação de votação.

Os deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, o requerimento que pede a suspensão da Sessão é de autoria de quem?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Do Algaci Tulio

O SR. DURVAL AMARAL

Ah, do deputado Algaci Tulio pedindo a suspensão da Sessão.

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

São vinte e três.

Vinte e quatro senhores deputados aprovam e mais a Mesa.

Não há quórum para deliberar.

Nós contamos três vezes.

O SR. EDSON STRAPASSON

Solicito nova chamada nominal.

O SR. ALGACI TULIO

Não foi feita a segunda chamada nominal, senhor presidente.

O SR. NEREU MOURA

Chamada nominal, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Vamos proceder à chamada nominal.

O SR. ALGACI TULIO

Agora, evidentemente, que alguns parlamentares podem recorrer e sair do plenário!

O SR. NEIVO BERALDIN

O 1º secretário tem que contar e dizer quantos estão presentes.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente, pela ordem.

(**Assentimento**)

Olha, o senhor deve pedir ao 1º secretário que em primeiro lugar diga quantos deputados votaram, porque estamos em processo de votação.

E em processo de votação, senhor presidente, não cabe chamada nominal.

Só isso!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Nós entendemos, deputado Augustinho Zucchi. Fomos informados pelo 1º secretário, mas a presidência está abrindo exatamente, a oportunidade para que os deputados venham ao plenário fazer a chamada nominal.

O SR. ALGACI TULIO

Mas, senhor presidente, tem 28 em plenário!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Tinha 27.

O SR. ALGACI TULIO

O deputado Baratter faz tempo que não vem aqui e não conseguiu ainda visualizar os parlamentares todos.

O SR. NEREU MOURA

O deputado José Maria chegou ao plenário.

O SR. ALGACI TULIO

Já estava e usou da palavra aqui.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Antônio Baratter**)

Procede à chamada nominal.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor deputado Baratter, solicito que o senhor registre a presença dos deputados Caíto Quintana, Luiz Carlos Alborghetti e também do Hermes da Fonseca.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Antonio Baratter**)

Já foi registrado.

O SR. ALGACI TULIO

Gostaria de saber se está registrada a presença do deputado Durval Amaral.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Antonio Baratter**)

Trinta e um deputados estão presentes, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Será procedida a verificação de votação.

Os senhores deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Vinte e oito deputados aprovam. Está aprovado o requerimento e suspensa a Sessão.

(Suspensa a Sessão)

(Está reaberta a Sessão)

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Concedemos a palavra ao primeiro orador, representante da Unicentro, professor Carlos Alberto Ferreira Gomes, pode usar a tribuna e se manifestar. Temos sete oradores inscritos e gostaríamos que dentro de cinco minutos cada um pudesse expressar o seu pensamento.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, só comunicar ao plenário que estamos confeccionando um requerimento pedindo a V. Exa. que submeta à leitura o protocolo, que deu entrada na Casa ontem, logo após a ouvida dos senhores professores.

O SR. CARLOS ALBERTO FERREIRA GOMES

Senhor presidente, senhores deputados, colegas reitores e reitoras.

Queremos, inicialmente, fazer um agradecimento ao deputado Ângelo Vanhoni, por ter apresentado requerimento solicitando a presença dos reitores nesta Sessão.

Inicialmente quero me apresentar: sou o reitor da Unicentro - Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná e também presidente da Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Público, entidade que congrega as seis universidades estaduais, Universidade de Londrina, de Maringá, de Ponta Grossa, a Unioeste, com sede em Cascavel, a Unicentro, com sede em Guarapuava e o Uniespar, a mais recente universidade, que congrega onze faculdades estaduais públicas do Paraná.

O Paraná é, sem sombra de dúvidas, o Estado que possui uma das melhores estruturas do ensino superior. Não há cidade no Estado do Paraná que fique a uma distância superior a cem quilômetros de uma unidade das nossas universidades. A Unicentro, por exemplo, está presente na região Centro-Oeste, Centro-Sul do Paraná, nos municípios de Guarapuava, Irati, Laranjeiras do Sul, Pitanga, Prudentópolis, Coronel Vivida, e estará também no próximo ano em Chopinzinho, abrangendo uma região de mais de um milhão de habitantes. As demais universidades, com todas as suas unidades, estão em todo o Estado do Paraná atendendo, hoje, a mais de sessenta mil alunos nos seus cursos de graduação. Neste sentido eu quero dizer aos senhores deputados que o Estado do Paraná possui um dos maiores patrimônios, no que diz respeito ao ensino que se tem notícia no país. E assim é que estamos, através da nossa associação, por meio dos nossos reitores, hoje, promovendo negociações no sentido de fazer com que as universidades públicas do Paraná sejam contempladas com recursos suficientes para atender suas necessidades de manutenção e investimentos.

No que se refere a investimentos, temos tido inúmeras dificuldades para repor todo o capital que as nossas universidades necessitam para dar andamento às suas necessidades básicas. Para se ter uma idéia, estamos pleiteando para 2003 recursos da ordem de 450 milhões. No entanto, o que está previsto na proposta orçamentária que já se encontra nesta Casa, são recursos da ordem de 390 milhões. Portanto, recursos que não serão suficientes sequer para atender a folha de pagamento das nossas universidades.

Então, é neste sentido que aproveitamos também esta oportunidade para apresentar aos senhores deputados toda esta dificuldade que hoje as nossas universidades enfrentam, e precisamos, de fato, da colaboração e da sensibilidade dos deputados para que esta situação se reverta já para o ano de 2003.

Como temos pouco tempo, os nossos colegas reitores também precisam se manifestar e apresentar as suas universidades, quero apenas concluir dizendo que a nossa universidade, a Unicentro, é um exemplo daquilo que se pode fazer com poucos recursos, mas promover uma expansão racional, justa, e promover a interiorização do ensino superior no nosso Estado. Aliás, as universidades

públicas do Paraná são um exemplo disto, de levar ao interior do Estado o ensino superior. Em nenhum Estado acontece algo semelhante. O nosso modelo é um modelo compatível com as nossas necessidades. O que nós precisamos de fato é fazer com que haja recursos suficientes para atender a todas as necessidades, a todos os projetos que temos.

Quero também, concluindo, dizer que as nossas universidades pretendem e querem discutir com o governo e já estamos fazendo isto com a equipe de transição, discutir um projeto, não só para o ensino superior, mas para participar também dos projetos de desenvolvimento deste Estado.

O governo tem nas mãos seis grandes universidades públicas e acredito que embora isto nunca tenha sido utilizado devidamente, é perfeitamente possível ao novo governo utilizar estas universidades para auxiliá-lo no desenvolvimento do nosso Estado. As universidades dizem presente ao novo governo e a todos aqueles que acreditam no ensino superior do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Concedemos a palavra a nossa professora Lígia Puppato, da Universidade Estadual de Londrina, magnífica reitora.

A SRA. LÍGIA PUPPATO

Boa tarde, senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

É com muita honra que volto ao Plenário desta Casa, do qual já fiz parte há alguns anos atrás.

Venho falar hoje a vocês como reitora eleita há poucos meses na Universidade Estadual de Londrina, portanto como representante legítima de uma comunidade de mais de 20 mil pessoas que me elegeu. Peço desculpas, então, se às vezes minhas palavras possam parecer rudes. Estou otimista, acima de tudo, e acredito que as coisas possam melhorar.

Acontece que a comunidade universitária desacredita cada vez mais de seus dirigentes, do governo, dos políticos e reconhecer esta situação é o primeiro passo para mudá-la. As pessoas simplesmente querem mudar esta realidade e devemos ajudá-la. Não importa se os motivos que estão no passado sejam um progressivo desinvestimento em termos proporcionais no sistema de ensino superior. A UEL hoje vive de seus próprios recursos, à exceção da folha de pagamento, água e luz. Não importa se internamente erros na administração causaram crises e contratempos a todos. Simplesmente as pessoas querem mudar. Não podemos, dirigentes das instituições, governo, Poder Legislativo, nos eximir dessa responsabilidade.

Olhando o futuro, a UEL tem feito um impressionante esforço para virar a própria mesa. Destituímos um reitor, aprovamos um novo estatuto, estamos aprovando um novo regimento geral que dará origem a uma reforma

administrativa, apontando para a melhoria na qualidade e produtividade dos seus serviços.

O esforço de planejamento não é menor.

Desencadeamos, no mês de outubro, um processo de planejamento estratégico participativo, que para não se tornar mais uma carta de intenção, está solidamente ancorado no plano plurianual e nos orçamentos anuais da instituição.

O esforço de direção e controle, em nossa gestão, estará sempre referenciado na democracia e na transparência. Preservaremos a autonomia e o seu contraponto, o controle social. Estamos encaminhando a proposta de criação de um conselho social, abrindo a universidade para a comunidade externa. Por outro lado, nossa execução orçamentária estará totalmente disponível na internet, já a partir de 30 de novembro.

Acima de tudo, estamos resgatando o caráter público da universidade, com projetos muitos concretos. Isso inclui, por exemplo, a democratização do acesso ao ensino superior. De imediato, estamos dobrando as vagas em nosso curso pré-vestibular gratuito, aos alunos oriundos do ensino público. Se houver condições, faremos isto todos os anos do mandato. Mudamos o formato do vestibular, privilegiando a postura crítica e interpretativa, incorporando pesadamente os conteúdos de filosofia, sociologia e artes. Faremos também um vestibular diferenciado para a comunidade indígena.

Resgatar o caráter público da universidade também significa aumentar o número de vagas, principalmente, quando sabemos que, hoje, somente 8% de jovens brasileiros de 18 a 24 anos estão cursando o ensino superior. Sem custos significativos, já a partir do ano que vem, estaremos preenchendo todas as vagas ociosas da nossa universidade - isso, em um total de vagas do vestibular, de 3 mil, dariam 600 vagas, ou seja, 20% das vagas disponíveis para a universidade, de qualidade e gratuito. Resgatar o caráter público da universidade significa contribuir para a melhoria do ensino básico e do ensino médio. Estamos finalizando um convênio com a Prefeitura Municipal de Londrina, para a formação de seus professores, para o curso de pedagogia. Estamos propondo também para vários professores do Estado, do ensino médio, ofertando atividades de capacitação em todas as áreas de conhecimento.

Senhoras e senhores, não vimos aqui pedir dinheiro. Já fazemos isto cotidianamente, em secretarias do Estado, empresas, instituições, onde quer que haja alguma possibilidade de financiamento do ensino público. Vimos, humildemente, pedir que se reconheça o valor do nosso trabalho e que se apóie as ações que possam mudar, para melhor, a nossa realidade às vezes até sem dinheiro. Estabelecemos um convênio de cooperação com a Universidade Federal do Paraná, que deverá dar muitos frutos e potencializar nossos recursos. Fizemos um plano para os primeiros seis meses de mandato, com dezenas de ações e projetos, sabendo que não havia um tostão em caixa para investimentos.

É muito certo que a criatividade vai encontrar seus limites, mas é muito certo também que estamos confiantes, que o próximo governo finalmente irá propor um planejamento racional, para o sistema de ensino superior, que possa otimizar o uso dos recursos públicos conciliando, as demandas regionais, as necessidades de formação para o mundo do trabalho e os recursos disponíveis para o ensino superior, a ciência, a tecnologia e o desenvolvimento do Estado.

Não estou falando de repartição de migalhas. Estou falando do alto de uma universidade reconhecida nacionalmente, como de alta qualidade de ensino, classificada entre as melhores do País, que tem hoje 41 cursos de graduação, 119 cursos de pós-graduação, 148 projetos de extensão e serviços à comunidade, como nosso Hospital Universitário, a Casa de Cultura, o Escritório de Aplicação de Assuntos Jurídicos, e outros, orgulho de todos os paranaenses, e que cumpre um papel social relevante. Temos mais de 600 projetos de pesquisa em andamento, movendo a roda do progresso científico e tecnológico.

Não é pouco. As outras universidades estaduais, tenho certeza, não fazem menos. Só não podemos admitir mais que tudo isso seja fruto quase que exclusivamente do esforço e dedicação das pessoas, individualmente ou iniciativas isoladas de parlamentares ou assessores de governo.

O novo governo foi eleito com compromissos democráticos, e já na transição, tem nos consultado sobre suas diretrizes. Portanto, estamos começando muito bem e acreditamos que os próximos 4 anos possamos mudar a nossa história, do ensino superior do nosso Estado e do nosso país.

Gostaríamos que todos assumissem sua parcela de responsabilidade para o bem da nossa população e do nosso Estado.

Nós estamos fazendo a nossa parte.

Muito obrigada!

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu faço um pedido pela ordem. Gostaria de ao cumprimentar a professora que já se ausentou ali, parabenizá-la, e dizer que está um grande nó para o governo desatar.

Na minha opinião, de todos os problemas do Paraná, Ademir Bier, o do ensino superior é um problema que vai exigir uma reflexão e uma reavaliação.

Permita-me, senhor presidente. Das palavras que ouvi da professora queira dizer o seguinte: Não nos falem em prioridade de vagas para os carentes; nos falem de fazer cursinho gratuito para aqueles que não têm acesso ao preparo.

Fiz projeto de lei baseado na experiência de Londrina e do Colégio Estadual Augustinho Pereira, em Pato Branco, que em 70 alunos por ano, voluntariamente assistidos por 5 professores, 47 em média passam no vestibular no final do ano, e o que é bom, em universidade pública, não em particular, para depois pedir bolsa para

nós, filas nos gabinetes para pedir bolsa de estudo, que não seja feita, professora, como estão feitas as extensões, gratuita é verdade, mas vivenciada de rifa e pagamento por parte das prefeituras municipais, que seja feito um plano estratégico, aonde se possa investir na universidade, fazer a reforma que se precisa fazer, dar autonomia que precisa se dar, e que a universidade cumpra com o seu papel social, fundamental, de transformar o indivíduo num universo de conhecimento que é o pressuposto básico da universidade pública e gratuita.

A nossa esperança, até porque também votei, é de que o Lula, com outra concepção, possa virar esse jogo em torno da nossa universidade pública e federal do nosso país, e que as universidades estaduais possam receber do Requião, como eu já o ouvi falar quando foi governador da outra vez, que jamais iria colocar uma extensão se o Estado não pudesse garantir a qualidade e a gratuidade daquela extensão.

Acho que desta forma é possível nós termos a responsabilidade com relação ao tratamento desta que é uma questão extremamente importante, que não tem mais espaço, senhor presidente.

Desculpe-me fazer na questão de ordem um pronunciamento, porque acho que todos nós, agora que estamos alinhados, governo estadual e governo federal, nós não temos mais espaço se não federalizar algumas das nossas universidades estaduais, porque senão será impossível para o Estado suportar tamanha demanda que temos na universidade pública estadual.

Era essa a questão de ordem, ao parabenizar aqui os professores, e pedir desculpas ao senhor que já está na tribuna, e dizer que da nossa parte poderão contar conosco, naquela luta sempre de galgar mais recursos para que a universidade possa ter o mínimo da sua exigência restabelecida àquilo que se pode fazer numa universidade do nosso Estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Nós temos, pela ordem, inscrito agora o reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, professor Paulo Godoi, a quem passamos a palavra, e logo a seguir, o reitor da Universidade Estadual de Maringá.

O SR. PAULO GODOI

Senhor presidente, e senhores deputados, caríssimos reitores das universidades paranaenses, senhores e senhores.

Agradeço ao deputado Ângelo Vanhoni pela oportunidade que nos cria, de estarmos aqui falando um pouco sobre o ensino superior do Estado do Paraná.

A Universidade Estadual de Ponta Grossa, assim como as demais universidades paranaenses, está incessantemente em busca de recursos para o financiamento de suas atividades. Recebemos do Governo do Estado, sem sombra de dúvidas, o financiamento para o pagamento da folha de salários. No entanto, temos que buscar através da

imaginação criadora de nossos pesquisadores e de nossos professores, nossos técnicos, recursos nas diferentes esferas no sentido de promovermos os investimentos necessários só para manutenção do que já existe, mas para a expansão extremamente necessária.

A nossa universidade cresceu nos últimos anos à custa de muito esforço. Basta crer ou ver que crescemos, de 23 cursos de graduação, para 35. Estamos neste ano com o funcionamento de 1ª série dos cursos de Zootecnia e Enfermagem, e com o funcionamento, em 2003, do tão sonhado curso de medicina na Universidade Estadual de Ponta Grossa, assim como o curso de Artes e de Química Tecnológica.

Possuímos hoje cerca de 10800 acadêmicos de graduação. Temos 4 curso de mestrado. É a universidade que mais cresceu no campo da média interativa, fornecendo o ensino à distância semi-presencial, para 18 municípios do Estado do Paraná, com 2600 alunos.

Portanto investimentos maciçamente em construções obtendo recurso de emendas parlamentares conseguidas no Orçamento da União. Só para conhecimento dos senhores deputados, cerca de 18 mil e quinhentos metros quadrados de novas obras foram feitas em nossa universidade com contrapartida gerada pela própria instituição e com recursos obtidos do Governo Federal, e temos muito mais por fazer e aceitamos todos os desafios que são impostos pela sociedade.

Temos também aflições, aflições grandes no dia-a-dia da nossa administração. E esta aflição não é específica da Universidade Estadual de Ponta Grossa; é do ensino superior do Estado do Paraná.

Temos um projeto de financiamento no Banco Nacional de Desenvolvimento Social, e precisaremos do apoio desta Assembléia para que o financiamento se torne realidade no próximo exercício, financiamento este da ordem de 70 milhões de reais para ser resgatado em 10 anos.

Temos também a necessidade premente de criação dos cargos para dar regularização à estrutura já existente. Serão cerca de 18 mil cargos nas universidades paranaenses, que dependerão de uma lei e de um projeto de lei que será encaminhado à Assembléia Legislativa para votação. E ainda hoje estaremos discutindo na Secretaria de Estado da Administração esse projeto, para que possa ser encaminhado nesta ou na próxima legislatura.

Temos também que oferecer perspectivas aos nossos servidores através da possibilidade de que os servidores das universidades, que também são servidores públicos regulados pela Lei nº 6.174, possam ter acesso Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva. Temos que assegurar aos nossos servidores a possibilidade de que ao fazer um curso de pós-graduação, lhes seja permitido, como já é feito, mas que infelizmente o Tribunal de Contas assim não entende, deva ser retirado o adicional por titulação, o que representará uma perda nos salários.

Então, é preciso que isso se transforma em lei, que seja adicionado à Lei nº 11.713, que regula a carreira

tanto de professores, como de funcionários das nossas instituições.

Essas são aspirações que atingem a todas as universidades, não só a de Ponta Grossa, mas ao ensino superior do nosso Estado do Paraná.

Quero enfatizar que contamos com o apoio desta Assembléia Legislativa, que tão bem nos recebe no dia de hoje e que nos oportuniza a chance de podermos mostrar um pouco do que é o valor da nossa universidade.

O professor Carlos Gomes, no início da sua fala, destacou a importância da universidade na interiorização. Hoje o ensino federal proporciona cerca de 20 mil vagas, sendo que 18 mil vagas estão em Curitiba e apenas 2 mil no interior do Estado. Nós temos um projeto que busca o financiamento da União também nas universidades estaduais, já que ensino superior é obrigação da União. Esperamos contar com o apoio da Assembléia Legislativa nas discussões que faremos junto ao governo federal, no sentido de que ele também participe do financiamento das universidades públicas estaduais. Para isso temos um projeto, e em momento oportuno estaremos buscando apoio de todos os senhores.

Agradeço a oportunidade a todos os senhores, de me ouvir.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Concedemos a palavra ao reitor da universidade estadual de Maringá, e logo após, ao reitor da Unioeste.

O SR. WALDYR PUGLIESI (Pela Ordem)

Senhor presidente, senhores deputados.

Eu tenho ouvido as intervenções de todos os reitores. Fica claro para todos nós, principalmente depois das últimas eleições, como aliás falou bem a reitora de Londrina, que todos estão com aflições, estão todos com as esperanças de mudanças e nós que ficamos durante todos esses anos tentando mostrar ao Paraná, temos hoje, não só depois das eleições, a confirmação aqui nesta Casa.

Senhores reitores! Nenhum? Onde está o governo? É essa a importância que o governo Lerner finaliza nesta tarde, através de seus representantes nesta Casa, voltando as costas a estas lideranças fundamentais para que possamos construir uma Nação que nós não temos na realidade ainda, uma nação que não encontrou o seu rumo, quando aqueles que estão dentro das universidades, fórum de debates, aqueles que têm condições de trazer o amanhã para hoje, para a gente fazer as coisas, vão embora, voltam as costas, não têm um mínimo de sensibilidade.

Quero registrar aqui, talvez em nome das Oposições, o nosso descontentamento com esse procedimento que a bancada governista tem em relação àqueles que são partes mais importantes na construção dessas modificações que o povo brasileiro está ansiando há tanto tempo.

O SR PRESIDENTE (Elio Rusch)

Faço um pedido aos ilustres parlamentares, que as manifestações, se houverem, sejam feitas após as palavras dos nossos reitores, para que depois possamos fazer as nossas colocações.

Está com a palavra o nosso eminente reitor da Universidade de Maringá, professor Pavanelli.

O SR. PAVANELLI

Senhor presidente, senhores deputados, colegas reitores. É uma satisfação muito grande dirigir a palavra a este Plenário.

Estou na reitoria da Universidade Estadual de Maringá há apenas um mês; sou neófito, assumi dia onze do mês passado, mas a gente já teve condições de perceber as dificuldades que não só a Universidade Estadual de Maringá como as demais passam.

Gostaria de dizer que a UEM é uma universidade que está procurando se inserir de maneira muito forte na região do Noroeste do Estado do Paraná. Hoje a Universidade de Maringá, está presente em mais de 60 municípios da região Noroeste ou com cursos de graduação ou com o chamado ensino à distância, que é um projeto social da maior importância, já referido pelo colega de Ponta Grossa e que eu faço menção também. São os chamados, “professores leigos” que foram impedidos de fazerem o curso superior e que agora, através da Universidade de Ponta Grossa e através da Universidade de Maringá, estão tendo uma oportunidade.

Faço aqui uma denúncia até: são trinta mil professores que têm até o ano de 2007 para concluírem a sua formação, senão, estarão impedidos de se aposentar. Esse é um desafio para o próximo governo.

Nós temos, espalhados nesses 60 municípios, aproximadamente mil e trezentos alunos. Maringá está presente. Estamos presentes em Umuarama com cinco cursos e eu gostaria de mencionar, criados recentemente: Medicina Veterinária, Agronomia, Tecnologia em Meio Ambiente, Tecnologia em Construção Civil, Tecnologia em Alimentos.

Estamos presentes em Cidade Gaúcha, com o curso de Engenharia Agrícola. Estamos presentes em Cianorte com o curso de Ciências Contábeis, Pedagogia, Moda e Designer. Estamos presentes em Goioerê com o Curso de Engenharia Têxtil e Ciências.

Também presentes em Diamante do Norte, em Porto Rico, com duas bases de pesquisa: em Diamante do Norte com uma fazenda modelo, e em Porto Rico, com uma base mais moderna de estudos em Ecologia e de Ambientes Aquáticos do Brasil, perto de Umuarama.

Gostaria de dizer que a nossa Universidade tem 32 anos de fundação. Durante trinta anos, ela criou 28 cursos de graduação e nos últimos dois anos, ela se “atreveu” a criar mais 21.

Então, temos hoje, disponibilizados para a nossa comunidade, 49 cursos de graduação e temos também, e aí eu faria uma mensagem especial, 18 mestrados, sete

doutoramentos, todos recomendados e credenciados pela CAPS para emissão do diploma com validade nacional

Gostaria de mencionar um projeto que estamos desenvolvendo para o Noroeste do Paraná e que tem uma importância muito grande para todos nós. É o projeto que fazemos em parceria com a UEL.

Estamos trabalhando na fixação de uma bactéria que existe no ambiente naturalmente e que normalmente essa bactéria não faz a fixação do nitrogênio no solo. Através do sequenciamento genético, estamos ensinando essa bactéria a fixar o nitrogênio no solo. Já adiantamos bastante os estudos. Quando esses estudos estiverem concluídos, o Paraná economizará aproximadamente 300 milhões de dólares, apenas de insumos no cultivo de soja em uma região que antes achava-se impossível o plantio de soja, que é a região do Arenito do Caiuá. Temos uma série de outros projetos importantes como esse que temos desenvolvido.

Gostaria de dizer que a nossa universidade, na gestão da professora Neusa, que se encerrou recentemente, investiu maciçamente na verticalização do ensino. Então, graças a isso é que hoje a nossa universidade tem um destaque muito grande, não só a nível nacional, quanto a nível internacional em alguns projetos de pesquisa.

Na área, por exemplo, do metabolismo hepático que são estudos importantes na área de insulina, temos um Pronex que é um programa de excelência do CNPQ.

Na área de Meio Ambiente, temos um Pronex.

Temos uma série de projetos financiados pelo governo federal, através do MCT, através da CAPS. Apesar disso tudo, a nossa universidade encontra-se literalmente estrangulada. Não temos espaço físico para mais nada. Somos visceralmente dependentes do projeto do BNDS aqui mencionados pelo reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa. É um projeto que tivemos a oportunidade de conversar por duas vezes com o deputado Pessuti, com o Vanhoni, com o Cezar Silvestri. O BNDES se propõe a emprestar para nós 70 milhões de reais para 6 universidades, com dois anos de carência, oito anos para pagamento e todas as universidades, sem exceção, necessitam e imploram para que o governo do Estado considere este projeto como uma prioridade. Nós sabemos a dificuldade que o governo do Estado terá para investir na questão da manutenção e nos investimentos das nossas universidades estaduais. Esse é um projeto estratégico porque é um dinheiro do governo federal, a longo prazo, que virá sanar estes problemas pelos quais passam as universidades.

Gostaria de encerrar, agradecendo a oportunidade, dizendo que, para nós, das universidades, é uma satisfação muito grande poder ser ouvido pelos deputados do Paraná, apesar de estar aqui apenas um lado do Poder.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Concedemos a palavra ao magnífico reitor da Universidade de Maringá, professor Wilson Scuissati.

O SR. REITOR WILSON SCUISSATI

Senhor presidente, senhores deputados.

A Unioeste é uma jovem universidade no Estado do Paraná, instituída em 1988, que conta hoje com 34 cursos de graduação e 58 turmas, com 5 campi, sendo uma das universidades multi-campus do Estado, abrangendo toda a região Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná, com campus em Cascavel, Toledo, Marechal Cândido Rondon, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão e extensões em Santa Helena, Palotina e Medianeira. Uma média de 9000 alunos, aproximadamente 2000 servidores, oferecendo, anualmente 2370 vagas em seu vestibular.

A Unioeste, como eu disse, abrange toda a região Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná, uma região com mais de 1.100.000 habitantes, tendo papel significativo no desenvolvimento regional, com ensino de excelência a Unioeste está sendo credenciada como uma das 20 melhores universidades do país, pelo provão do MEC.

Além disso a Unioeste possui o Hospital Universitário, transferido para a universidade no ano passado, o qual atende mais de 40 municípios e aproximadamente 2000 pessoas por dia, tendo hoje 130 leitos, sendo referência de saúde em toda essa grande região.

Por ser uma universidade nova, a Unioeste necessita de investimentos para a sua consolidação, uma vez que seus laboratórios, ainda não totalmente consolidados, não podem prestar e vender os serviços que normalmente as universidades podem fazer.

Todavia, quero ressaltar que não basta a vontade política de criação de cursos e universidades, da maneira como vem se assolando no Estado do Paraná, nos últimos 8 anos. Precisamos ter a responsabilidade de dar um ensino com excelência, mantendo a qualidade do ensino superior do Paraná, com os investimentos necessários para que se tenha universidades públicas gratuitas, de qualidade, indispensáveis para o desenvolvimento das respectivas regiões do Paraná.

Não se pode permitir, senhores, que persista um orçamento que não contemple as necessidades mínimas para manutenção das universidades, comprometendo todas as conquistas regionais, há anos reivindicadas e conquistadas por toda nossa comunidade!

Devo registrar também a minha tristeza e indignação pela ausência dos demais deputados e ressaltar, aos senhores que estão no plenário, os nossos sinceros agradecimentos pela oportunidade, por poder ouvir as universidades, onde estamos mostrando que as universidades do Paraná não são aquilo que se fala. Não existe caixa preta dentro das universidades, existe um sucateamento generalizado do ensino superior do Estado do Paraná!

Que nesse próximo governo, acreditamos, possa haver um resgate dessas universidades para que elas possam continuar sendo ponto de referência e que continuem levando o nome do Estado do Paraná, não só para outros Estados, mas para o exterior também.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Concedemos a palavra à professora Sâmia Saad.

A SRA. SÂMIA SAAD

Senhor presidente, senhores deputados, senhor deputado Ângelo Vanhoni, presidente da Comissão de Educação, reitores, reitora, demais presentes aqui nessa Assembléia Legislativa.

De parte da Universidade Estadual do Paraná, a qual represento como reitora nomeada após a sua criação, e com a missão de iniciar a sua implantação e sua consolidação, me cabe, além de obviamente aderir a todos os discursos que me antecederam com relação aos problemas vivenciados pelo ensino superior do Estado do Paraná, também trazer um histórico da Universidade Estadual do Paraná, para conhecimento de todos aqui presentes, porque ela é a mais nova e foi criada a partir da integração de 11 instituições isoladas, instituições essas que eram com um nome e com história já consolidada no Estado do Paraná, quase todas, muitas elas com mais de 30 anos de existência, prestando serviços ao ensino superior público estadual no Paraná.

Resultante dessa integração de 11 faculdades isoladas, a Universidade Estadual do Paraná tem hoje aproximadamente 16 mil alunos de graduação, 3 mil alunos de pós-graduação, 69 cursos de graduação e 64 cursos de pós-graduação, a grande maioria deles pós-graduação *lato-sensu*. A proposta da universidade Estadual do Paraná é uma proposta voltada a instituir, nessas que eram faculdades isoladas e que passaram a integrá-las, atividades diferenciadas, atividades universitárias. Eram instituições que funcionavam como faculdades isoladas, que eram muito diferentes entre si, na sua estrutura, embora estaduais e bastante voltadas apenas ao ensino de graduação, embora muitas delas tivessem atividades de pesquisa e também atividades de extensão. Ocorre que o papel constitucional das universidades é um papel mais amplo, que exige atividades organizadas de pesquisa, de contribuição para produção do conhecimento.

Portanto, a proposta da Universidade Estadual do Paraná é de incrementar essas atividades nesse conjunto universitário, que é composto daquelas que eram 11 faculdades isoladas e que eram mais dedicadas ao ensino de graduação.

Portanto, essa questão de introduzir fortemente a pesquisa, de introduzir fortemente a extensão universitária, tanto acadêmica quanto comunitária, é um fator importantíssimo para estas regiões onde está localizada a Unespar, que são Paranaguá, Curitiba, União da Vitória, Paranaíba, Campo Mourão, Apucarana, Cornélio Procopio e Jacarezinho.

Essa questão da pesquisa e da extensão universitária, tanto acadêmica como comunitária, é um fator importantíssimo de desenvolvimento dessas regiões. É nisso que nós temos nos ocupado ao tratar tecnicamente da estrutura da nova Universidade Estadual do Paraná, porque sabemos que é uma universidade que tem bastante

potencial. É uma instituição que está sendo construída para o futuro.

Sabemos e temos essa nítida noção, que a nossa comunidade universitária está intronizando nitidamente essa situação que da forma como se encontravam as faculdades isoladas, não tendo mais recursos e nem condições e ter nesses últimos anos um trabalho de expansão, elas não poderiam continuar; teriam que se preparar para o futuro. É esse o trabalho que está sendo feito em conjunto dentro da universidade.

O que nós esperamos é adoção dessa postura universitária com a implantação de uma nova visão pedagógica e outras atividades típicas da universidade, como pesquisa e extensão. Toda a organização será voltada a privilegiar o pesquisador e o seu entrelaçamento com ensino.

Portanto, haverá uma priorização da figura do professor como principal interlocutor na estrutura universitária, e assim também do coordenador do curso e do chefe de departamento de área. Dentro deste conceito já está sendo pensado o aprimoramento da auto-avaliação, tudo com vistas a melhorar a qualidade institucional, e para isso está sendo pensada a qualificação docente, a capacitação dos servidores, salientar que a universidade já tem um potencial instalado por sua situação geográfica que possibilita o trabalho e desenvolvimento por regiões, onde estão situadas as suas universidades.

Nós temos projetos pilotos, projetos modelos que começaremos a implantar a partir do litoral, da sua presença no litoral do Paraná para, justamente, essa questão do desenvolvimento regional.

Com isso pensamos para o litoral desde logo, como um órgão de apoio num centro de formação contínua para, justamente num trabalho de extensão universitária, propiciar novas opções de ocupação à região, servindo também como um centro de serviços prestados pela universidade à comunidade.

Observa-se, assim, que a universidade tem condições e aumentar os seus benefícios sociais através de seus objetivos e finalidades, sendo que todas as suas atividades, projetos e programas, terão o mesmo norte e a mesma dimensão social, com o que então buscamos contar com a contribuição dos senhores deputados desta Assembléia Legislativa, para que ela possa, dentro do seu tempo próprio, se consolidar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Nós concedemos a palavra ao professor Aldair Rizzi, da Universidade Federal do Paraná.

O SR. ALDAIR RIZZI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, reitores e reitoras das Universidades Estaduais.

É com muita satisfação que a Universidade Estadual do Paraná mais uma vez tem as portas abertas nesta

Assembléia para colocar alguns problemas importantes para que se discuta o ensino superior no nosso país.

Queria parabenizar a atitude do deputado Vanhoni e a concessão de todos os deputados por esse espaço, e que pela primeira vez estamos vendo numa Assembléia Legislativa, um convite às instituições de ensino superior do Estado e à Universidade Federal do Paraná.

Creio que este é o momento importante porque me passa também a idéia de uma visão integradora. Nós teremos, como disse o deputado Zuk anteriormente, diversos desafios a enfrentar, tanto no cenário Nacional quanto na questão estadual no desenvolvimento de uma política científica, tecnológica e de sua articulação com as universidades federais e com as universidades estaduais. Não é possível mais pensar de forma isolada. Sabemos da crise econômica, da situação que o País passa, das dificuldades, e não esperamos milagres: queremos participar da construção de uma sociedade mais justa.

Para isso, a Universidade Federal do Paraná, que é hoje a universidade mais antiga do País, completa dia 19 de dezembro 90 anos, possui vinte mil alunos de graduação, dois mil e duzentos alunos de pós-graduação, possui hospital-escola com seiscentos e trinta leitos, possui quatro mil e quinhentos técnicos administrativos. Sabemos da força da Universidade Federal do Paraná, mas também sabemos que não vamos a lugar nenhum sozinhos, especialmente numa situação de escassez de recursos. É preciso que a gente some esforços com todas as universidades, faça uma política integradora, com o mínimo de dispersão de recursos, onde possa haver integração da pesquisa, intercâmbio de alunos, intercâmbio de professores e atividades culturais em conjunto.

Neste sentido gostaríamos de dizer, apesar das ampliações de vagas, que é natural de todo o País, hoje no Estado do Paraná a oferta fica muito aquém da demanda. Representa apenas 10% da demanda para o nível superior.

Tomando com relação os inscritos no ano 2002, 220 mil alunos, onde os números de vagas ofertadas entre estaduais, UFPR e o Cefet dá 22.500 vagas aproximadamente, ou seja, 10% das nossas demandas, o que é um desafio enorme. Nesse sentido, o esforço deve ser feito por todas as universidades.

A UFPR está desencadeando um programa que passa por uma mudança de cultura interna, nessa visão integradora, e passa também por uma visão que temos que ocupar as vagas ociosas da nossa universidade.

A UFPR oferta 4.200 vagas por ano e tem 1.247 vagas estocadas nesse período. 30% é o índice de evasão, que é uma média nacional. É o dinheiro público que temos que garantir para ser bem utilizado.

Portanto, lançamos na UFPR um programa de aproveitamento de vagas remanescentes que se chama "Programa Aprovar", que é possibilitar aos alunos de universidades privadas que tenham acesso através de um exame de seleção que não seja vestibular, que tenha o conteúdo de 1º e 2º anos. Nessa primeira fase, vamos

fazer concurso para o 3º e 4º e 5º anos em alguns cursos; esses alunos farão prova de conteúdo, testes objetivos, outras discursivas, combinando provas discursivas e algumas especialidades com provas práticas.

Estamos encaminhando ao Cepro uma resolução para que seja aprovado e que possamos, já em 2003, incorporar essas 1.247 vagas ociosas. Há, a nível nacional, 30% de bagas ociosas nas universidades. Esse é o esforço que estamos fazendo.

Para isso, temos que olhar uma política nacional, articular política estadual com nacional e defender, de forma mais contundente, o financiamento das universidades públicas.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Com a palavra, o deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, senhores deputados.

Não sei se todos aqui foram assistir o filme “Cidade de Deus”, filme foi feito por um cineasta chamado Meireles, do Rio de Janeiro. Trata da violência num bairro do Rio de Janeiro, uma favela chamada Cidade de Deus.

Este filme já alcançou recordes de bilheteria em exibição nacional. Foi indicado, como filme estrangeiro, para disputar o Oscar.

Agora uma nova expressão artística do Brasil, no cinema novamente, tende a repetir o mesmo êxito de bilheteria e de crítica a nível nacional. É um filme que retrata também um aspecto marginal da sociedade brasileira chamado “Madame Satã” A história de um homem negro, pobre, homossexual, travesti, e que durante muitos anos foi um emblema da cidade do Rio de Janeiro.

Lembro disso porque há uma coincidência muito grande. O cinema de todas as artes, talvez no mundo moderno, o mundo do olhar, é a expressão da arte da sociedade moderna que mais consegue expressar e espelhar muitas vezes a história a identidade, os problemas e os desafios de um povo, de uma comunidade.

Os Estados Unidos conseguem exportar para o mundo inteiro os seus valores, há muitos e muitos anos, através do cinema, através da produção da maior indústria que existe nos Estados Unidos que é a indústria de Hollywood.

Em todos os cantos do Planeta todas as crianças aprendem a gostar ou não dos valores embutidos no comportamento da sociedade americana através da indústria cinematográfica.

É singular que no momento dessa entrada no terceiro milênio, no ano de 2002, quando o povo brasileiro, independente da coloração partidária, vê no fenômeno acontecendo na sociedade brasileira: a eleição do Lula. A eleição de um homem que tem uma tradição, que tem uma vida ligada às lutas sociais, que vem de uma origem dos trabalhadores. Chega à presidência da República de

um país como o nosso: 160 milhões de brasileiros, oitava economia industrial do Planeta. Não é algo qualquer, não é algo que a gente envolvido umbilicalmente com esses fatos do presente consiga compreender a dimensão do que significa esse fato para história do Brasil.

Eu digo isso por que ao mesmo tempo que este fato político apareceu para todos nós na urna e que enxergamos no Jornal da Globo, no Jornal Nacional, com a presença desses homens, do José Dirceu, do Lula, etc, compondo o governo. Por trás disso há uma revolução mais profunda acontecendo na sociedade brasileira. Não é à toa que esses dois cinemas, essa tematização que podemos dizer que é por acaso, tanto do Meirelles da “Cidade de Deus”, quanto do “Madame Satã”, trazem à tona, ao espelho maior da sociedade, aquilo de mais profundo de desigualdade que existe na sociedade brasileira, que é a discriminação do homem da mulher, dos homossexuais, que é uma sociedade marcada por um “apartheid” social e que de alguma forma nós, do ponto de vista artística, começamos a compreender que existe e vamos compreender que ela existe de uma forma mais plena a partir de agora.

As universidades brasileiras e a produção de ciências no nosso país, nos últimos anos, esteve relegada a uma discussão que nós aqui na Assembléia percebemos e sabemos qual foi.

A secretária de Educação do governo Jaime Lerner, infelizmente, para mal ou para bem, conseguiu expressar muito bem qual foi a política educacional desenvolvida pelo governo do Estado: “era preciso economizar recursos”. Por isso, projetos de educação para aperfeiçoar a educação do Estado do Paraná, passaram sempre pelo critério do custo benefício, do custo aluno para economia de recursos no ensino fundamental e médio do nosso Estado.

Também foi esse clima que avassalou, que destruiu praticamente as universidades brasileiras como um todo. Não apenas no Paraná, mas no Brasil inteiro. As nossas universidades deixaram de produzir cultura, ciência, deixaram de funcionar como um verdadeiro instrumento de produção de conhecimento para que o Brasil se capacitasse tecnologicamente para enfrentar os desafios do mundo moderno.

Espero que o “Madame Satã”, a Cidade de Deus” e a “Cidade de Lula”, e quando o Lula faz o primeiro discurso oficial como presidente eleito para todo o Brasil dizendo que o seu governo será marcado não apenas pela figura de um novo presidente do Banco Central que acomode os humores zangados ou felizes do mercado, mas que terá como prioridade no governo, a questão social, como o combate à fome.

Espero que o governo do Roberto Requião e do Lula revertam o clima de baixaria cultural que existe nas instituições do ensino superior e de pesquisa do nosso país. Que novamente os professores não fiquem pressionados as Assembléias e o governo federal em busca de migalhas para sobreviver dos seus parcos salários, mas

que sejam cientistas, tenham alegria no seu coração e amor para buscar novos conhecimentos e ensinar isso para nossa juventude, para que possamos construir uma nova sociedade, com tecnologia, sim, mas também com solidariedade, justiça e fraternidade.

Espero que as universidades sejam um espaço de difusão da cultura e de atrito de idéias. Que os professores sintam felicidade em discutir os problemas desse país, que percam tempo lendo livros, que os alunos tenham orgulho dos professores e isso só faremos se os governos tiverem a responsabilidade que devem ter perante a comunidade acadêmica universitária.

Espero que o Requião e o Lula faça nesses próximos quatro anos o que precisa ser feito e o que deixou de ser feito nos últimos vinte anos.

E quero dizer ao professores que pontuaram corretamente aqui: Nós já estamos marcando, junto com o deputado Elio Rusch, que reside a Sessão de hoje, que é o vice-presidente da Casa, uma audiência com o secretário de Planejamento e com o secretário de Ciências e Tecnologia. Queremos uma avaliação e um porquê que até agora o financiamento com o BNDS, que é um dinheiro que já está à disposição das universidades públicas do Estado do Paraná, são setenta milhões, e que dá para melhorar e muito a infra-estrutura do nosso ensino superior, do nosso Estado, até agora não foi liberado.

O BNDS e o Mec, liberaram duzentos e cinquenta milhões para as instituições privadas. Todas elas já obtiveram os seus recursos. As pública, nenhum.

Nesse sentido, estamos agilizando uma reunião para que ainda este ano a Assembleia Legislativa, se tiver que votar qualquer operação no convênio existente, que possamos pressionar politicamente. E, se demandar de alguma ato legislativo, que possamos exercer aqui o cumprimento do nosso dever. Mais ainda, quero dizer para o reitor da Universidade de Maringá, que pode contar conosco; não apenas com a bancada do PT e do PMDB, do PPS, dos partidos que apoiam o novo governo, pode contar com os cinquenta e quatro deputados.

Vamos fazer um esforço tremendo para que a União compareça com aquela desleixo que muitos anos tem feito o nosso Estado do Paraná. O financiamento público se não na totalidade, mas de alguma forma complementar do ensino superior federal, aqui também vai acontecer para melhorar as condições de trabalho e de ensino das universidades estaduais do nosso Estado.

É uma dívida que a União tem conosco, a nossa bancada de deputados federais está unida nesse processo e vamos aproveitar este novo momento para reverter à cultura, revertendo na prática os recursos para que possamos criar uma nova condição para a nossa sociedade paranaense.

Eram essas as palavras que gostaria de dizer. Muito obrigado!

O SR. NEREU MOURA

Pela ordem, senhor presidente!

(Assentimento)

Senhor presidente, senhores deputados.

Quero, em nome do PMDB, agradecer a presença dos reitores, dos professores que para esta Casa se dirigiram no dia de hoje, para discutir o problema do ensino superior público do Estado do Paraná.

Esta Casa, que vocês viram nesta tarde, polêmicas com opiniões divergentes, é a casa do povo do nosso Estado.

É aqui a caixa de ressonância do sentimento da nossa comunidade.

Quero dizer aos reitores das universidades públicas estaduais do Paraná, que a partir do ano que vem, vamos viver o novo momento; um governo transparente, um governo que não vai esconder números da sociedade paranaense, um governo que vai discutir com as universidades, com clareza, com postura preocupado com a qualidade de ensino, com o fortalecimento do ensino público do nosso Estado, porque isso para nós é questão de vida ou morte, para o governo que vai se instalar no Palácio Iguaçu, a partir do ano que vem.

A escola pública é fundamental e nós não discutimos isso, queremos é fortalecê-la, melhorá-la para que seja referência e orgulho para nós, paranaenses.

De forma que é isso que falta ao atual governo: transparência nas suas ações. O que falta ao atual governo é o respeito.

As universidades ficaram três meses em greve e não teve conversa com elas!

Seis meses de greve e não teve diálogo!

Ora, o governo tem que ter a humildade para estabelecer o canal de conversas, de diálogo, para sentar à mesa e ter a sabedoria de ouvir e para mostrar os números.

É isso que o novo governo do Paraná se propõe a fazer, com muita transparências, e essa filosofia que tem o governador Requião: de fortalecer o ensino público no Estado do Paraná, de acabar com o desmonte do ensino público que foi iniciado e quase concluído pelo atual governo.

Esta filosofia e este propósito, nós iremos, com certeza, vivenciar no ano que vem.

Quero aqui, agradecer ao nosso colega, deputado Ângelo Vanhoni, presidente da Comissão de Educação desta Casa, que com tanto esmero procura sempre dar ênfase ao questionamento da escola pública aqui dentro desta Casa. E todos os deputados que têm preocupação com o Estado do Paraná, que querem o fortalecimento da escola pública, seja do 1º grau, do 2º grau, do ensino universitário, para que possamos fazer com este, que é na verdade o celeiro da formação de uma cidadania crítica, de uma cidadania verdadeira, que é o ensino público universitário do nosso Estado, possa ter a força, a grandeza e o orgulho de todos nós.

Parabéns aos nossos professores, aos reitores que aqui estiveram e tenham também de nossa parte, aqui na Assembleia Legislativa, a inteira solidariedade para que

possamos fazer um fórum permanente e discussão dos problemas que atingem a escola pública e superior do Estado do Paraná.

Contem conosco, tenham a nossa solidariedade, tenham o nosso companheirismo para discutirmos e melhorarmos sempre mais o ensino oferecido aos nossos estudantes.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Também queremos agradecer a presença dos reitores das universidades públicas. Muito obrigado por essa explanação feita para o Parlamento do Estado do Paraná, e esperamos que possamos realmente, dentro das medidas do possível, encontrarmos um caminho que possa ao menos se aproximar das reais necessidades das nossas universidades, como aquilo que necessitam e aquilo que efetivamente elas pretendem ou constitucionalmente lhe atribuem, que é um direito dado pela própria sociedade.

Muito obrigado pela presença de vocês e, com toda a certeza, o Poder Legislativo sai engrandecido desta Sessão.

Nós recebemos o Requerimento nº 2461, de autoria do deputado Algaci Tulio, constante do expediente, solicitando que seja realizada a leitura do pedido de impeachment do governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner, na presente Sessão, com base no artigo 19, da Lei nº 10079 de 10 de abril de 1950. **À Comissão Executiva.**

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente.

A respeito da sua decisão e aparente concordância do Plenário, só quero lembrar a essa presidência o artigo 242, onde diz: “o processo de crime de responsabilidade do governador e do vice-governador e do secretário de Estado obedecerá as disposições da legislação em vigor, conforme Lei Federal nº 10079/50. Muito obrigado!

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Eu até não tenho outra saída, porque não temos quórum no plenário da Assembléia Legislativa, nós não temos sequer 18 parlamentares para dar continuidade aos trabalhos da Casa. Então, se V. Exa. submetesse ao Plenário, certamente não haveria quórum.

Então, peço-lhe, ainda, que nas próximas horas converse com o presidente da Casa para que possamos ter uma definição a respeito da leitura deste protocolo, deste processo que deu entrada ontem nesta Casa. A Assembléia do Paraná não está pré-julgando nenhuma decisão, não é o deputado Algaci Tulio que quer caçar o governador Jaime Lerner. Nós queremos é que o processo burocrático, que o processo administrativo aqui dentro desta Casa seja respeitado. Apenas isso! Foi por essa razão que nós nos insurgimos, até porque frustra a presença de tantas pessoas em plenário, que aqui vieram para acompanhar a Sessão e ver o desenrolar de uma Sessão da Assembléia Legislativa e notaram, evidentemente, que as regras não foram bem claras.

De qualquer maneira, eu aceito a decisão tomada por V. Exa. deputado Elio Rusch, ao mesmo tempo em que peço-lhes desculpas se me excedi um pouquinho durante o calor da discussão e peço ao setor de taquigrafia que retire dos Anais a palavra “arbitrário”.

Aprendi a conhecer o deputado Elio Rusch e não quero me despedir desta Casa tendo uma desavença por uma palavra que tenha sido mal colocada a V. Exa. Aqui estou há 16 anos; não estarei aqui nos próximos 4, mas sempre procurei fazer na minha missão, no meu trabalho como parlamentar, uma forma de cada vez mais angariar amigos, fazer mais amigos, e menos inimigos. Não quero que V. Exa. me tenha como seu inimigo; foi o calor da emoção. Peço-lhe desculpas. Mas, continuo insistindo ainda: não será lido no plenário, ainda, esse pedido de “impeachment” ao governador Jaime Lerner, mas nós vamos ainda continuar brigando para que, dentro do Regimento Interno que esta Casa tem, ele seja respeitado. Entendo, perfeitamente, a ausência do presidente Hermas Brandão, e com a qual V. Exa. ficou meio que manietado na questão de uma decisão, mas de qualquer maneira nós vamos continuar a luta ainda.

Mais uma vez peço-lhe desculpas! Um abraço!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Tenho na sua pessoa, deputado Algaci Tulio, um grande parlamentar, um parlamentar que sempre tem honrado o Poder Legislativo durante o seu período como deputado, como vice-prefeito da Capital, e sempre foi um grande baluarte. V. Exa nem precisaria pedir desculpas porque nós já havíamos conversado, mas eu mesmo assim entendo, sei que foi no calor da discussão, mas não existe nada que possa afastar a nossa amizade que já nos une há doze anos aqui na Casa.

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 53 deputados.

Sobre a mesa projeto de lei de autoria do deputado Duflío Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Antonio Baratter, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 129/2001, de autoria do deputado Nereu Moura, que fica o Poder Executivo Estadual autorizado a dilatar o prazo para recolhimento do ICMS de empresas enquadradas no Programa Paraná

Mais Emprego. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2453, de autoria do deputado Nereu Moura, constante do expediente, solicitando seu arquivamento. **Aprovado.**

Fica, portanto, arquivado o Projeto de Lei nº 129/2001.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 503/2001, de autoria do Tribunal de Contas, que cria cargos na estrutura do quadro de pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA DE PLENÁRIO PROJETO DE LEI Nº 503/2002

P A R E C E R :

A proposição em tela trata do Projeto de Lei nº 503/2002, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que cria cargos na estrutura do quadro de pessoal do órgão.

O projeto tramitou pela Comissão de Constituição e Justiça, onde recebeu emenda substitutiva, devidamente aprovada por aquela comissão.

O deputado Hermas Brandão apresentou Emenda Substitutiva Geral de Plenário, apoiada por demais parlamentares, que alterou alguns cargos propostos inicialmente pelo Tribunal de Contas.

A alteração proposta não fere o limite de gastos com pessoal a que o Tribunal de Contas do Paraná se submete e, portanto, a proposta merece ser levada a apreciação do Plenário, por apresentar condições favoráveis sob o aspecto constitucional legal.

Sala das Comissões, em 29.10.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

Apoiamento:

Ademar Traiano, Moysés Leônidas, Serafina Carriho, Antonio Carlos Belinati, Marcos Isfer, Algaci Tulio e Hermes Fonseca.

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO, AO PROJETO DE LEI Nº 503/2002

Art. 1º - Ficam criados, na estrutura do Quadro de Pessoal Efetivo do Tribunal de Contas: 06 cargos de analista de sistemas; AS-E01; 08 cargos de técnico de controle contábil, TCC-E01; 02 cargos de assessor de comunicação, AC-D01; e 01 cargo simbologia DAS-4, de assessor administrativo da presidência, conforme estabelecido nos Anexos I e II.

Art. 2º - Ficam mantidos os atuais ocupantes de cargos efetivos de que trata o artigo 6º da Lei nº 13.435, de 09 de janeiro de 2002.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Tribunal de Contas.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.09.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoiamento:

Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Garcia, Elio Rusch, Luiz Carlos Martins, Ricardo Chab, Luiz Accorsi, Algaci Tulio, Plauto Miró Guimarães, Moysés Leônidas, Sérgio Spada, Algaci Tulio e Cesar Seleme.

Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Diretoria de Contabilidade e Finanças

MEMÓRIA DE CÁLCULO EM CUMPRIMENTO ÀS DISPOSIÇÕES LEGAIS

Projeção para Provimento de Cargos					
Cargo	Vencimento Básico	Verba de Representação	Representação de Gabinete	Encargos Decreto 3105/97	Nº Cargos
Analista de Sistema AS-E01	1.058,40	1.333,58	0	0	6
Assessor de Engenharia AE-E01	1.058,40	1.333,58	0	0	2
Assessor de Comunicação ACO-D01	902,69	1.137,39	0	0	2
Técnico Controle Contábil TCC-E01	1.058,40	1.333,58	0	0	6
Fisioterapeuta FT-D01	902,69	1.137,39	0	0	2
DAS-04	350,91		532,62	1.879,39	1

DCF, em 19 de agosto de 2002.

(a) CÉLIA CRISTINA ARRUDA
Diretora

Ainda sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva de Plenário de nº 01, de autoria do deputado Duílio Genari, devidamente apoiada.

Emenda Supressiva de Plenário de nº 02, de autoria dos deputados Nereu Moura, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Luiz Carlos Zuk, Waldyr Pugliesi e Ademir Bier, ambas nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 503/2002

Fica alterado o artigo 1º, do Projeto de Lei nº 503/2002, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Ficam criados, na estrutura do Quadro de Pessoal Efetivo do Tribunal de Contas: 06 (seis) cargos de analista de sistemas, AS-E01; 06 (seis) cargos de técnico de controle contábil, TCC-E01; 02 (dois) cargos de assessor de engenharia AE-E01; 02 (dois) cargos de assessor de comunicação, AC-D01; 02 (dois) cargos de fisioterapeuta, FT-D01; e 01 (um) cargo simbologia DAS-02, de assessor administrativo da presidência, conforme estabelecidos nos Anexos I e II”.

Sala das Sessões, em 12.11.2002.

(a) DUÍLIO GENARI

Apoiamento:

Nelson Tureck, Antonio Carlos Belinati, Edno Guimarães e Divanir Braz Palma.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

O artigo 1º do Projeto de Lei nº 503/2002, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º - Ficam criados na estrutura do Quadro de Pessoal Efetivo do Tribunal de Contas: 06 cargos de analista de sistemas, AS-E01; 08 cargos de técnico de controle contábil, TCC-E01; 02 cargos de assessor de comunicação, AC-D01; e 01 cargo simbologia DAS-4 de assessor administrativo da presidência, conforme estabelecido nos anexos I e II.

Sala das Sessões, em 12.11.2002.

(aa) NEREU MOURA, EDSON STRAPASSON,
ELI GHELLERE, LUIZ CARLOS ZUK, WALDYR
PUGLIESI E ADEMIR BIER.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda justifica-se pelo fato de que serviços de fisioterapia não são essenciais para o atendimento emergencial do servidor.

Os serviços de fisioterapia podem ser utilizados por aqueles que atendem aos servidores públicos em geral.

Tanto é que esta própria Assembléia Legislativa mantinha um posto de serviço completo de fisioterapia e este foi extinto pelo mesmo motivo acima declinado.

O projeto retorna à CCJ.

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 047/2001, de autoria do deputado Edson Strapasson, que autoriza o governo do Estado do Paraná a repassar recursos do salário-educação aos municípios, retroativamente a janeiro de 1999, conforme especifica. PARECERES DA CCJ, CF E CECE. **Aprovado. (Publ. no DA nº 014/2001, de 13.03.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 047/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Edson Strapasson, tem por objetivo autorizar o governo do Estado do Paraná a repassar recursos do salário-educação aos municípios, retroativamente a janeiro de 1999.

Chamada esta comissão a manifestar-se verificou-se que a Lei Federal nº 9766 em seu artigo segundo estabelece que a quota estadual do salário educação será redistribuída entre o Estado e os respectivos municípios, através de critérios a serem estabelecidos em Lei Estadual.

Observou-se que a Lei Estadual nº 13.116 de 08.03.2001 que disciplina a referida redistribuição, não estabelece critérios referentes a prazos de repasse aos municípios, fazendo-se necessária a presente propositura, salientando ainda que a mesma apresenta caráter autorizatório.

Assim sendo, nosso parecer é favorável à sua tramitação nesta Casa de leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ORLANDO PESSUTI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 047/2001

P A R E C E R :

A proposição em tela trata do Projeto de Lei nº 047/2001, de autoria do nobre deputado Edson Strapasson, que autoriza o governo do Estado do Paraná a repassar recursos do salário-educação aos municípios, retroativamente a janeiro de 1999, conforme especifica.

Apesar da Lei Federal nº 9.424 de 1996, não ter fixado um prazo de edição da lei estadual que estabeleceu os critérios para o repasse do salário educação, o Estado do Paraná recebeu esses recursos a partir de janeiro de 1999 e não os repassou aos municípios e mais, a Lei Estadual nº 13.116 aprovada em março 2001 não estabelece critérios referente a prazo de repasse aos municípios.

Assim, já que os respectivos recursos do salário-educação estão sendo recebidos pelo Estado desde

janeiro de 1999, é justo que os municípios sejam ressarcidos, conforme especifica o projeto.

Diante do exposto, o parecer é favorável ao Projeto de Lei nº 047/2001.

Sala das Comissões, em 13.08.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
ÂNGELO VANHONI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 047/2001

P A R E C E R :

O plano de lei em análise, de autoria do nobre deputado Edson Strapasson, objetiva autorizar o governo do Estado do Paraná a repassar recursos do salário-educação aos municípios, retroativamente a janeiro de 1999.

A douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente ao presente projeto, assim como a Comissão de Finanças.

Esta Comissão de Educação, à qual compete a análise de mérito manifesta-se pelo acolhimento da medida proposta, tendo em vista a importância que encerra em seu conteúdo, ao repassar os recursos do salário-educação aos municípios do Estado do Paraná.

Considerando o exposto, o parecer é favorável à aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 20.11.2001.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente
CHICO NOROESTE - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 180/2002, de autoria do deputado Sérgio Spada, que altera a Lei nº 13.452, que dispõe sobre a manutenção de preservativos em hotéis e motéis do Paraná. PARECER DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 034/2002, de 01.04.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 180/2002

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei nº 180/2002, de autoria do deputado Sérgio Spada, tem por objetivo alterar a Lei nº 13452 que dispõe sobre a manutenção de preservativos em hotéis e motéis do Paraná.

Chamada esta comissão a se manifestar, entendemos que a matéria em tela pretende restringir, apenas aos motéis a manutenção da disponibilidade de preservativos em seus aposentos, visto que segundo os proprietários de hotéis a manutenção de preservativos, bem como a colocação de cartazes nos aposentos, alertando para os riscos da não utilização deste produto é inconveniente e equipara os hotéis aos motéis, comparação não aceita por seus muitos de seus frequentadores.

Portanto não encontrando óbices, nosso parecer é favorável à uma normal tramitação a esta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 02.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ORLANDO PESSUTI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2448, de autoria do deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2450, de autoria do deputado Fernando Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2451, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2452, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2454 e 2455, de autoria do deputado Edson Strapasson, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2456, de autoria do deputado Renato Gaúcho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2457, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Em votação.**

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Vai se proceder à verificação de votação. Dezoito deputados. **Não há quórum para deliberar.**

Nestas condições, declaro encenada a presente Sessão, marcando uma Sessão Especial, para quarta-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 007/2002 de autoria da Comissão Executiva, para aprovar o nome do procurador Fernando Augusto de Mello Guimarães para ocupar o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Marco ainda, uma Sessão Ordinária, para segunda-feira, dia 18, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 237, 257 e 478/2002.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 047/2001 e 180/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 158/2000; 629 e 658/2002.

Levanta-se a Sessão.

Atas de Comissão:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DE ALIMENTOS 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de agosto de dois mil e dois, às 10:30 horas, reuniu-se ordinariamente a Comissão Parlamentar de Inquérito de Alimento, no plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado, sob a presidência do senhor deputado Orlando Pessuti, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Cezar Silvestri, Luciana Rafagnin, Pastor Edson Praczyk e Algaci Tulio. Dando início aos trabalhos o senhor presidente, deputado Orlando Pessuti, agradeceu a presença de todos, passando à composição da mesa, convidando o Dr. Sérgio Lebre, coordenador da receita estadual, o Dr. Norberto Ortigara da SEAB e a Sra. Andréa Pires da Costas representando o Procon. A seguir o senhor presidente comentou sobre os êxitos que a CPI tem obtido, passando então a ouvir os demais participantes sobre as ações dos diversos elos da cadeia, visando o escoamento do estoque de carne suína e a inclusão da carne suína nos programas sociais, tudo conforme notas taquigráficas em anexo, parte integrante da presente Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, da qual lavrei a presente Ata que vai assinada por ele, e por mim, Everlei Tereziinha Cleto, secretária da Comissão.

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente
Everlei Tereziinha Cleto - Secretária

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DE ALIMENTOS 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de novembro de dois mil e dois, às 09:30 horas, reuniu-se ordinariamente a Comissão Parlamentar de Inquérito de Alimento, no plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado, sob a presidência do senhor deputado Orlando Pessuti, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Cezar Silvestri, Luciana Rafagnin, Pastor Edson Praczyk Eli Ghellere e Ademir Bier. Dando início aos trabalhos o senhor presidente, deputado Orlando Pessuti, agradeceu a presença de todos, passando à composição da mesa, convidando o Dr. Richardson de Souza representando a Secretaria da Agricultura e a Sra. Andréa Pires da Costa representando o Procon. A seguir o senhor presidente chamou o primeiro convidado, Sr. Paulo da Nova, que na condição de depoente, falou sobre a situação caótica que vivem os produtores do Paraná. Após, o presidente passou a palavra ao Sr. César Lovato, presidente da Associação Agrícola de Colombo, que teceu comentários e falou sobre a difícil situação dos agricultores. Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Antonio Ricardo Miglioransa, secretário municipal de Agricultura e Meio Ambiente do município de Colombo, que iniciou elogiando os trabalhos da CPI, e em seguida ratificou as palavras dos demais companheiros, complementando que o setor necessita de uma grande organização para sair da crise. Na continuidade dos trabalhos foi convidado o senhor José Lupion Neto, presidente do CEASA, que dentre os seus comentários citou que as frutas, legumes e verduras, o chamado FLV, é o único diferencial das grandes redes, o grande chamariz de qualquer rede de supermercado, e isto deve ser explorado. Demais comentários e discussões sobre a grave crise dos hortifrutigranjeiros foram realizados, tudo conforme notas taquigráficas em anexo, parte integrante da presente Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, da qual lavrei a presente Ata que vai assinada por ele, e por mim, Everlei Tereziinha Cleto, secretária da Comissão.

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente
Everlei Tereziinha Cleto - Secretária